



Universidades Lusíada

Campina, Inês Viana de Carvalho Luz, 1989-

Estratégias para intervenções no património arquitectónico português : dois casos de estudo contemporâneos

<http://hdl.handle.net/11067/3285>

Metadados

Data de Publicação	2017-05-08
Resumo	Este ensaio procura o entendimento das complexas questões do património arquitectónico e urbanístico, pelo reconhecimento desse processo cultural, da sua memória e identidade. Um legado deixado pelas gerações anteriores que é nossa responsabilidade entender, preservando, mas referindo significados e renovados sentidos para essa herança patrimonial. Pretende-se compreender o papel do património edificado enquanto referência para o Homem. A partir dos contributos de diversos autores, indaga-se a r...
Palavras Chave	Centros históricos - Conservação e restauro - Portugal - Lisboa, Centros históricos - Conservação e restauro - Portugal - Guimarães, Chiado (Lisboa, Portugal) - Edifícios, estruturas, etc., Guimarães (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-12-27T13:32:34Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

**Estratégias para intervenções no património arquitectónico
português: dois casos de estudo contemporâneos**

Realizado por:

Inês Viana de Carvalho Luz Campina

Orientado por:

Prof. Doutor Arqt. Ricardo José do Canto Moniz Zúquete

Constituição do Júri:

Presidente:

Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio

Orientador:

Prof. Doutor Arqt. Ricardo José do Canto Moniz Zúquete

Arguente:

Prof. Doutor Arqt. Fernando Manuel Domingues Hipólito

Dissertação aprovada em:

5 de Maio de 2017

Lisboa

2016



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Estratégias para intervenções no património
arquitectónico português - dois casos de estudo
contemporâneos

Inês Viana de Carvalho Luz Campina

Lisboa

Dezembro 2016



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Estratégias para intervenções no património
arquitectónico português - dois casos de estudo
contemporâneos

Inês Viana de Carvalho Luz Campina

Lisboa

Dezembro 2016

Inês Viana de Carvalho Luz Campina

Estratégias para intervenções no património
arquitectónico português - dois casos de estudo
contemporâneos

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e
Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a
obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Ricardo José do Canto
Moniz Zúquete

Lisboa

Dezembro 2016

Ficha Técnica

Autora Inês Viana de Carvalho Luz Campina
Orientador Prof. Doutor Arqt. Ricardo José do Canto Moniz Zúquete
Título Estratégias para intervenções no património arquitectónico português - dois casos de estudo contemporâneos
Local Lisboa
Ano 2016

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

CACELA, Susana Maria de Castro Figueiredo Valente, 1989-

Estratégias para intervenções no património arquitectónico português - dois casos de estudo contemporâneos / Inês Viana de Carvalho Luz Campina ; orientado por Ricardo José do Canto Moniz Zúquete. - Lisboa : [s.n.], 2016. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - ZÚQUETE, Ricardo José do Canto Moniz, 1963-

LCSH

1. Centros históricos - Conservação e restauro - Portugal - Lisboa
2. Centros históricos - Conservação e restauro - Portugal - Guimarães
3. Chiado (Lisboa, Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
4. Guimarães (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
6. Teses – Portugal - Lisboa

1. Historic districts - Conservation and restoration - Portugal - Lisbon
2. Historic districts - Conservation and restoration - Portugal - Guimarães
3. Chiado (Lisbon, Portugal) - Buildings, structures, etc.
4. Guimarães (Portugal) - Buildings, structures, etc.
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
6. Dissertations, Academic – Portugal - Lisbon

LCC

1. NA9053.H55 C33 2016

Para a minha família, em especial para o
meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, **Fernando Luz Campina**, a quem dedico este trabalho, por ter acreditado sempre em mim, pelo apoio incondicional, por nunca me ter deixado desistir, pelos conselhos e, finalmente, por todo o esforço e dedicação na minha formação e educação.

Agradeço também aos meus avós, **Maria do Carmo** e **Zeca**, por terem contribuído de forma tão marcante para a minha formação enquanto pessoa, por todo o amor, paciência e carinho.

Ao meu irmão, **Filipe**, pela amizade, e por acreditar no meu potencial.

À minha mãe, **Luísa**, por um dia ter mencionado que gostaria de ter sido Arquitecta.

À **Marta**, minha amiga desde o início desta jornada que é o curso, principalmente por me ter mostrado a Arquitectura e por me ter apoiado sempre ao longo do caminho.

Ao **João**, meu namorado, pela paciência, apoio e compreensão ao longo deste último ano, em todos os momentos difíceis da dissertação.

Ao meu Orientador, o professor **Ricardo Zúquete**, por me ter acompanhado ao longo deste trabalho e claro, a **todos os professores** que me ensinaram a perceber o que é a Arquitectura.

O meu muito obrigada a todos.

“[...] porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir.”

TÁVORA, Fernando (2006) – Da Organização do Espaço, p.19, Porto : FAUP Publicações.

APRESENTAÇÃO

Estratégias para intervenções no património arquitectónico português - dois casos de estudo contemporâneos

Inês Viana de Carvalho Luz Campina

Este ensaio procura o entendimento das complexas questões do património arquitectónico e urbanístico, pelo reconhecimento desse processo cultural, da sua memória e identidade. Um legado deixado pelas gerações anteriores que é nossa responsabilidade entender, preservando, mas reafirmando significados e renovados sentidos para essa herança patrimonial. Pretende-se compreender o papel do património edificado enquanto referência para o Homem. A partir dos contributos de diversos autores, indaga-se a respeito da actual noção de património e dos modos adequados de intervir, com base nas normas e convenções internacionais, bem como nas legislações nacionais em vigor. São observadas duas intervenções de extrema relevância que seguem a ideia de continuidades urbanas, de dinâmicas urbanas renovadas, contribuindo para a reabilitação do património edificado e o espaço público que o envolve, a fim de reactivar o legado deixado, readaptando-o às necessidades actuais, sempre focadas na relação do Homem com o que o envolve e a sua História. A intervenção do arquitecto Álvaro Siza Vieira no Chiado e a intervenção do arquitecto Fernando Távora no centro histórico de Guimarães, constituindo exemplos de intervenções de uma arquitectura que se ensaia fora do tempo, e assim disponível para qualquer tempo da cidade presente.

Palavras-chave: Património, Memória, Identidade, Chiado, Guimarães, Devir.

PRESENTATION

Strategies for interventions in the portuguese architectural patrimony - two contemporary case studies

Inês Viana de Carvalho Luz Campina

The following essay attempts to understand the complex issues regarding the architectural and urban patrimony through the acknowledgement of the cultural process, its memory and identity. A legacy left behind by previous generations and which is our responsibility to understand, preserving it while attributing renewed senses and meanings to that patrimonial heritage. It is intended to understand the role of the *built patrimony* as a reference for Man. Following several author's contributions, the essay questions the standing notion of patrimony and the adequate ways to intervene, based on international standards and conventions as well as current national legislation. We observe two extremely important interventions that follow the idea of urban continuities, of renewed urban dynamics, contributing to the rehabilitation of the *built patrimony* and the surrounding public space in order to reactivate the legacy left behind, readapting it to current necessities, always focused on Man's relation with his surroundings and his History. This essay presents architect Álvaro Siza Vieira's interventions in Chiado and architect Fernando Távora's intervention in the historical center of Guimarães, being examples of interventions from a *timeless* — thus always available for the present city — architecture.

Keywords: Patrimony, Memory, Identity, Chiado, Guimarães, Devir.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Desenho do restauro para Saint-Sernin de Toulouse (Eugène Viollet-Le-Duc, 1846).	1030
Ilustração 2- Carta de Atenas , frontispício. (Conferência de Atenas, 1931, Atenas) (IGESPAR, 2011, p.244).	1036
Ilustração 3 - Livro de actas do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos , José Paulo Ruas/IGESPAR. (Coleção Miguel Brito Correia, In CUSTÓDIO, 2011, Portugal),	38
Ilustração 4 - Interior da Igreja do Carmo em Lisboa , in O Panorama. (O Panorama, 1837).	45
Ilustração 5 - Primeira lista de monumentos classificados publicada no Diário do Governo nº14 , de 17-01-1907, José Paulo Ruas, IGESPAR (CUSTÓDIO, 2011, p. 28).	48
Ilustração 6 - Esquema de Inclusão, Intersecção e Exclusão (ilustração nossa, 2016).	55
Ilustração 7 - Exemplo de justaposição e dois exemplos de adjacência (ilustração nossa, 2016).	56
Ilustração 8 - Exemplo de ligação simples e de ligação modo mastique, poché (ilustração nossa, 2016).	56
Ilustração 9 - Vista aérea sobre o Chiado ([Adaptado a partir de:] , GOOGLE INC, 2016)..	61
Ilustração 10 - Vista sobre Lisboa (ilustração nossa, 2015).	62
Ilustração 11 - Esquina onde nasceu o topónimo Chiado , 1908, ([Adaptado a partir de:] Dias, 2009, p. 119).	63
Ilustração 12 - Vista sobre a Baixa Pombalina (ilustração nossa, 2015).	66
Ilustração 13 - Incêndio do Chiado , CML-Departamento de Marca e Comunicação, 25 de Agosto de 1988 (Vieira, 2013, p.1).	69
Ilustração 14 - Esquisso do Chiado , Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.192).	72
Ilustração 15 - Esquema dos pátios , Álvaro Siza Vieira, 2013 ([Chiado em Detalhe:] Siza Vieira, 2013, p.56).	75
Ilustração 16 - Esquisso Pátio A , Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.196).	76
Ilustração 17 - Acesso Pátio A (ilustração nossa, 2016).	77
Ilustração 18 - Vista Pátio A (ilustração nossa, 2016).	78
Ilustração 19 - Interior Pátio B (ilustração nossa, 2016).	79
Ilustração 20 - Planta do Bloco B , ligação pátio B e Terraços do Carmo, Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.206).	80
Ilustração 21 - Alçados Rua do Carmo , Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.21.	80
Ilustração 22 - Acesso Pátio B para Rua do Carmo (ilustração nossa, 2016).	81

Ilustração 23 - Esquisso acesso Terraços do Carmo , Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.193).	82
Ilustração 24 - Vista sobre os Terraços do Carmo (ilustração nossa, 2016).	83
Ilustração 25 - Alçado Armazéns do Chiado , Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.161).	84
Ilustração 26 - Vista sobre os Armazéns do Chiado (ilustração nossa, 2016).	85
Ilustração 27 - Fachada Edifício Grandella (ilustração nossa, 2016).	86
Ilustração 28 - Entrada do metro pela Rua do Crucifixo (ilustração nossa, 2016)..	87
Ilustração 29 - Plataforma metro Baixa-Chiado (ilustração nossa, 2016).	88
Ilustração 30 - Túnel acesso escadas rolantes metro Baixa-Chiado (ilustração nossa, 2016).	89
Ilustração 31 - Vista aéreas sobre a cidade , GTL. ([Adaptado a partir de:] CMG, 2001).	91
Ilustração 32 - Planta à escala 1:2000 das zonas de intervenção propostas na candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana , GTL,1995. (CMG, 2016).	96
Ilustração 33 - Alçado da Casa da Rua Nova , GTL,1995. (CMG, 2016).....	98
Ilustração 34 - Esquema de ligação entre praças , GTL. (CMG, 2016).	99
Ilustração 35 - Planta da Evolução Previsível da Forma Urbana , Fernando Távora e Alfredo Matos, 1981 ([Adaptado a partir de:] Matos, 2014, p. 50).	101
Ilustração 36 - Planta do arranjo urbanístico para a Praça do Município , Fernando Távora, 1985. (CMG, 2016).	102
Ilustração 37 - Vista da Praça do Município (ilustração nossa, 2016).....	102
Ilustração 38 - Vista lateral da Praça (ilustração nossa, 2013).	103
Ilustração 39 - Ligação da Praça com a Rua do Arco (ilustração nossa, 2013). . .	103
Ilustração 40 - Planta do arranjo urbanístico para a Praça de Santiago , Fernando Távora, 1985. (CMG, 2016).	104
Ilustração 41 - Vista da Praça de Santiago (ilustração nossa, 2016).....	104
Ilustração 42 - Desenho do pavimento na Praça (ilustração nossa, 2016).	105
Ilustração 43 - Ligação ao Largo da Oliveira (ilustração nossa, 2016).	105
Ilustração 44 - Planta do arranjo urbanístico para o Largo João Franco , Fernando Távora, 1995 (CMG, 2016).	106
Ilustração 45 - Vista do Largo João Franco (ilustração nossa, 2013).	106
Ilustração 46 - Planta do arranjo urbanístico para o Largo Condessa do Juncal , Fernando Távora, 1996. (CMG, 2016).....	107
Ilustração 47 - Vista do Largo da Condessa do Juncal (ilustração nossa, 2016). ..	107

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- CMG** - Câmara Municipal de Guimarães
- DGEMN** - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- DGPC** - Direcção Geral do Património Cultural
- ICCROM** - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais
- ICOMOS** - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
- IGESPAR** - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- IPA** - Instituto Português da Arqueologia
- IPPAR** - Instituto Português do Património Arquitectónico
- RICUH** - Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. Prefácio	17
2. Património Arquitectónico	21
2.1. Património, Herança e Memória	24
2.2. Património Enquanto Valor. Teorias de Conservação	26
3. Convenções e Doutrinas internacionais	35
4. Contexto Histórico Português	43
4.1. Enquadramento Legal e Estratégico	48
4.2. Processos de Intervenção	52
4.3. Processo de Classificação	58
5. O Caso do Chiado	61
5.1. Lisboa e o Chiado	62
6. Estratégia para a Reconstrução do Chiado	71
6.1. O Plano de Siza	72
6.2. A proposta de Reconstrução	74
6.2.1. Pátio A	76
6.2.2. Ligação Terraços do Carmo	79
6.2.3. Os Armazéns do Chiado e o Edifício Grandella	83
7. O Caso de Guimarães	91
7.1. Evolução Histórica da Estrutura Urbana	92
7.2. A Estratégia do Gabinete Técnico Local	95
7.3. A Intervenção de Távora	99
8. Posfácio	109
Referências	113
Bibliografia	119
Apêndices	123
Lista de Apêndices	125
Apêndice A	127
Apêndice B	131

Anexos	133
Lista de Anexos	135

1. PREFÁCIO

"Hoje a chave consiste em reactivar o legado arquitectónico urbano existente, e a modernidade já é património" (Montaner *apud* Figueiras, 2015, p. 23).

Pretende-se com esta dissertação estudar o sentido e talvez o dever das intervenções de reabilitação contemporâneas no património arquitectónico das cidades e entender procedimentos e estratégias para um renovado sentido de uma integração do património edificado na cidade contemporânea.

Considerou-se importante neste trabalho perceber o que se poderá entender como património, numa fase inicial, o que é hoje considerado património arquitectónico, com o apoio da autora Françoise Choay¹ e, conseqüentemente, a importância do seu papel para a definição da nossa identidade, tendo em consideração que a valorização de uma memória passada, a preservação de uma herança que nos foi deixada de um tempo anterior ao nosso, constitui um elemento essencial para compreender e enquadrar o presente, permitindo projectar um futuro.

Este ensaio propõe então estudar as teorias, as convenções e as cartas que levaram à procura de um entendimento das questões relativas ao património, e conseqüentemente à importância da sua preservação, juntamente com as legislações em vigor correspondentes. Procura assim, identificar quais os critérios considerados adequados no modo de intervir de forma a que se mantenha o carácter, as qualidades e valores, tanto do edifício como do lugar, tendo como bibliografia para o exemplo português, o livro "100 Anos de Património, memória e identidade", com diversos textos de autores contemporâneos, como o professor Guilherme d'Oliveira Martins² e José Aguiar³.

¹ **Françoise Choay** (Paris, 1925) Historiadora e Teórica sobre Arquitectura e Urbanismo, estudou Filosofia antes de se tornar crítica de Arte, tendo sido um factor relevante para a construção da sua obra literária (Editorial Gustavo Gili, 2016).

² **Guilherme D'Oliveira Martins** (Lisboa, 1952) licenciado em Direito e mestre em ciências Jurídico-Económicas, é presidente do Centro Nacional da Cultura desde 2003. Entre os anos de 1988 e 1994 foi vice-presidente da Comissão Nacional da UNESCO. Destacam-se algumas obras publicadas como "O Enigma Europeu", "Portugal - Identidade e Diferença", "Oliveira Martins, Um Combate de Ideias" e "Património, Herança e Memória".

³ **José Aguiar** formado em arquitectura, estudou na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e na Escola de Arquitectura do Porto. Actualmente é professor associado da FAUTL. Envolveu-se nas questões da cor e dos revestimentos devido a projectos de investigação do LNEC e para o seu Doutoramento em Conservação pela UE. Deste seu trabalho resultou um livro, editado pela Faculdade de Arquitectura do Porto, intitulado "Cor e cidades históricas" com prefácio de Nuno Portas. É Presidente do Conselho internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), ligada à UNESCO, para a qual dá pareceres sobre os bens inscritos na Lista do Património Mundial (Casaca, 2013, p.34).

Procurou-se estudar quais as metodologias de reconversão e reabilitação que melhor contribuem para promover ou restabelecer continuidades urbanas, com dinâmicas urbanas renovadas, através de acções de reabilitação do património edificado em Portugal, com base nas normas estabelecidas pelas convenções internacionais e nacionais mais relevantes, bem como as legislações e os processos técnicos.

Sendo possível reconhecer num edifício hoje em dia, um somatório de realidades temporais, o contexto arquitectónico actual adaptou-se através de um somatório de arquitecturas, cada uma correspondente do seu tempo, constituindo em conjunto, a vida do edifício. Estes valores são hoje apresentados como fundamentais para a preservação e salvaguarda do património arquitectónico, estando suportados pelas normas internacionais correspondentes a esta problemática.

Propôs-se entender quais os processos mais adequados para intervir no património tendo em consideração os valores de memória, da importância da preservação da herança edificada enquanto factor fundamental da nossa identidade, da nossa cultura enquanto comunidade, respeitando as necessidades actuais ao reestruturar o espaço, mantendo sempre a sua identidade.

Nesta dissertação são apresentadas acções de requalificação no património arquitectónico, com base no respeito pela continuidade das cidades, da sua vida e, portanto, da sua memória enquanto *património vivo*. As intervenções realizadas no Chiado, pelo arquitecto Álvaro Siza e no centro histórico de Guimarães, pelo arquitecto Fernando Távora, representam exemplos de uma intervenção no património da cidade e da sua arquitectura; procuram raízes e memória, de valores humanistas e de cultura. Estas intervenções pretenderam dar continuidade ao presente das cidades, como se fosse uma construção de um património futuro.

Embora distintas, ambas as intervenções, através de renovadas intenções e novas dinâmicas urbanas, [re]enalteceram as qualidades e carácter dos espaços, requalificando-os através da reinterpretação do lugar.

Lisboa e Guimarães são cidades com um valor histórico e cultural de enorme relevância para a nossa cultura; urbanidades de caracteres distintos e ambas emblemáticas da cultura portuguesa.

Guimarães, considerada a cidade *berço da Nação*, historicamente ligada à nossa tradição, história e património cultural.

Lisboa, um vale com as suas sete colinas virado para o rio, onde a luz que se debruça e espalha desenhos em forma de sombras pela cidade; onde o Chiado se tornou um lugar de destaque ao longo do tempo, historicamente de enorme relevo para a cultura portuguesa. Lisboa representa o lado cosmopolita e intelectual que desde finais do século XIX se tornou referência da nossa cultura e património.

Estas duas intervenções em Guimarães e em Lisboa contribuíram para a reabilitação do património edificado e do espaço público, para a diversidade funcional das ruas, das praças, dos acessos aos locais de interesse e, principalmente para a criação de novas dinâmicas urbanas, com novos ritmos e atmosferas. Procuraram promover o desenvolvimento local, a ocupação e a concentração nos centros urbanos e as relações de vizinhança e proximidade entre as pessoas, garantindo a utilização duradoura do espaço urbano, eliminando assim a deteriorização e abandono do nosso património arquitectónico e cultural das cidades.

Como refere Josep Maria Montaner (2013, p. 152), o futuro apresenta-se no "reactivar o legado arquitectónico urbano existente" ao atribuir-lhe novas dinâmicas e assim um novo valor, tendo como fundamento a relação do ser humano com o mundo onde habita. A contemporaneidade acontece a partir do passado, reconhecendo o passado, ao assimilá-lo num presente para reestruturar um futuro, porque o tempo é uma dimensão continua que transporta o legado das nossas tradições e com ele a nossa identidade através do nosso património arquitectónico e cultural.

2. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

"Revisitando o passado reconhecemo-nos no presente e projectamo-nos no futuro."⁴

A ideia de património está relacionada com algo que perdura no tempo, resiste ao tempo e revela o passado. A herança das gerações anteriores, podem ser valores, ideais e lugares que, de alguma forma, são importantes preservar "[...] bem, ou conjunto de bens, de natureza material ou imaterial, de reconhecido interesse (cultural, histórico, ambiental, etc.) para determinada região, país, etc." (Porto Editora, 2006).

Em termos gerais, património é tudo o que possa ter um valor de pertença de uma identidade com a qual nos identificamos. "[...] são provas de modos de vida, de cultura, de civilização que perduram de épocas anteriores. São legados de sociedades basilares para o Homem actual se orientar, referenciar e encontrar a sua identidade" (Porto Editora, *apud* Figueiras, 2015, p. 25).

Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.

Património histórico. [...] constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado [...]. (Choay, 2015, p. 11)

Pertencente ao que consideramos ser património, temos o conceito de património histórico que segundo a autora Françoise Choay, preserva os valores culturais de civilizações anteriores que nos ajudam a compreender a nossa identidade estabelecendo raízes com o passado.

Ao falarmos de património e património histórico, falamos também de património cultural, que estabelece as bases para o nosso entendimento das gerações anteriores e por consequência, da nossa identidade, tal como afirma Guilherme D'Oliveira Martins "o desenvolvimento humano não é compreensível nem realizável sem o reconhecimento do papel da criação cultural". Não seria possível falar dos conceitos de património histórico ou de património em geral sem referir que o património cultural é o elo de ligação entre o nosso passado, o presente e o nosso futuro.

O que é o património edificado senão a demonstração de uma cultura?

⁴ FERREIRA, Carlos (1992) - *Restauro de Monumentos Históricos - Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?* Lisboa : Instituto Português do Património Cultural. p.9.

Grande numero de obras nos fazem assistir aos banquetes, seguir os exércitos em campanha; abrem-nos a officina do artifice, o interior do burguez ou então iniciam-nos no fausto das côrtes, na pompa das ceremonias das differentes epochas. Melhor que a chronica, descrevem, resuscitando aos nossos olhos, a vida intima, commercial, religiosa e militar, publica e privada, dos seculos decorridos.

Melhor que os livros, que desprezam a maior parte dos pormenores em que se lê a sua physionomia, evocam-a em toda a evidencia na sua complexidade. A arte dos antigos povos não resuscita porventura as suas civilizações abolidas pela representação dos seus costumes, pela disposição dos seus monumentos? (P. Gaultier⁵ *apud* Rodrigues⁶, 2010, p. 19)

Ao considerarmos que a cultura se reflecte também nos edifícios erguidos pelo Homem, percebemos que o património arquitectónico é um importante elemento do património histórico e cultural de onde, podemos e devemos fazer a distinção entre os dois termos que o subentendem: monumento e monumento histórico.

O que podemos entender, então, por monumento? A palavra tem origem do latim *monumentum*, ele próprio proveniente de *monere*, recordar, o que vem evocar a memória, segundo a autora. A palavra comporta, como núcleo central, a interpelação da memória. O passado que ela evoca tem uma importância vital que pode contribuir para manter e preservar a identidade de uma sociedade. Incitada pela emoção, a memória permite recordar o passado, fazendo com que nos reconheçamos no presente e assim, possamos projectar um futuro (Choay, 2015, p.17).

O monumento tranquiliza o Homem, estabelece-o no tempo, dá-lhe raízes e possibilita um futuro. O monumento procura apaziguar o tormento da morte, a efemeridade da vida; com ele, o homem procura uma qualquer transcendência. A sua função antropológica constitui a verdadeira essência do monumento.

De acordo com Libeskind:

Considero essencial que la arquitectura esta enraizada en la historia, en la memoria y en la tradición de un lugar. Existe una conexión entre lo memorable y lo eterno. La arquitectura es construir hacia una dirección: debe mirar al futuro y adquirir sustancia dentro de la vida de las personas. (Libeskind, 2006)⁷

⁵ GAULTIER, P., O que ensina uma obra d'arte, p. 19 e 20.

⁶ RODRIGUES, Paulo, O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910), in "100 Anos de Património. memória e Identidade." IGESPAR, 2010.

⁷ "Considero essencial que a arquitectura se baseie na história, na memória e na tradição de um lugar. Existe uma conexão entre o memorável e o eterno. A arquitectura é construir numa direcção: deve olhar o futuro e adquirir substância na vida das pessoas". [tradução nossa]

Contudo, com o avançar dos tempos, o esbatimento da função de memória do monumento tem revelado ser cada vez mais evidente, sendo substituído progressivamente o ideal de memória pelo ideal estético, no entanto e apesar de todo o valor estético que um edifício possa ter, a base elementar do monumento será sempre interpelar a memória, como nos diz o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de 1806, as "escrituras que conservam a memória de quaisquer secessos, e feitos"⁸. (Rodrigues, 2010, p. 21)

Podemos comparar o fenómeno da fotografia aos monumentos, ambos têm a estranha capacidade de reviver um passado morto, conseguem transportar-nos de uma realidade para outra. Segundo Roland Barthes⁹ "[...] a fotografia do ser desaparecido vem tocar-me como raios de uma estrela". Esta particularidade da fotografia é partilhada com o monumento, que de igual forma nos permite "tocar" um tempo antes do nosso, um tempo que nos pertence e que não morre enquanto o edifício viver e, por isso fundam a nossa identidade.

A mais significativa diferença entre monumento e monumento histórico, segundo Françoise Choay corresponde ao facto do primeiro ser uma construção com o destino assumido *à priori*, ao passo que o monumento histórico não é inicialmente pensado como tal, mas sim uma consequência dos olhares convergentes dos historiadores, logo, o sentido e destino é dado *à posteriori*. Segundo a autora, "todo o objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico". (Choay, 2015, p. 25)

Como referimos anteriormente, o monumento tem a intenção de trazer ao presente um passado esmagado pelo tempo; tem como intenção a revitalização da memória, em oposição ao monumento histórico, que mantém uma relação distinta com a memória, segundo Alois Riegl¹⁰, podendo despertar os nossos sentidos, sem agravo com o

⁸ De ressaltar que o vocábulo "monumento" é aqui entendido apenas na sua acepção de intencional, aquele que comporta logo na origem a intencionalidade de preservar e transmitir a memória de uma realidade, ou de um facto, ou de uma pessoa. (*apud* Rodrigues, 2010, p.21) [nota do autor]

⁹ **Roland Barthes** (1915-1980) Escritor, sociólogo, filósofo, crítico literário, semiólogo e teórico estruturalista. Tornou-se um crítico dos conceitos teóricos dos centros educativos franceses na década de 1950. Criador da revista *Théâtre Populaire*. (biografias e vidas, 2004-)

¹⁰ **Alois Riegl** (1858-1905) Professor e historiador austriaco. Formado pela Universidade de Viena, estudou direito, filosofia e história, acabando por se tornar num notável historiador de arte. Da sua obra literária, essencialmente direccionada para a temática dos monumentos históricos, podemos realçar "Problemas de Estilo" e "O Culto Moderno dos Monumentos", tendo sido este último um grande contributo para a história do património arquitectónico, nele o autor expõe a diferença entre monumento e monumento histórico. É considerado um dos fundadores da teoria moderna da história da arte (*Choay apud* Figueiras, 2015, p.57).

passado, pela nossa sensibilidade artística, pelo nosso "desejo de arte"¹¹, sendo um elemento constitutivo do presente vivido e por isso respeitado e visto como histórico (Choay, 2015, p. 25).

Infelizmente e como todas as coisas existentes, os monumentos estão à mercê do tempo. Como nos diz Françoise Choay, "[...] estão permanentemente expostos às injúrias do tempo vivido. O esquecimento, a desafecção, o desuso, fazem esquecerlos e deixam-nos cair". Mas porque o tempo, as sociedades e a história estão em constante ligação; são eles que nos permitem estabelecer uma identidade, é então, necessário unir-nos de "um sentimento de pertença comum" para a preservação de uma memória, "simbolizada e representada por uma herança" daquilo que nos identifica; o nosso património histórico, o nosso património arquitectónico, o nosso património cultural (Martins, 2009, p. 25).

De acordo com as palavras de Vasco Moreira Rato¹², "o património histórico edificado constitui uma herança comum que encerra valores tangíveis e intangíveis, formando parte integrante de uma identidade que depende da sua existência para referenciar a sua história" (Coelho, 2003, p. 12).

2.1. PATRIMÓNIO, HERANÇA E MEMÓRIA

Ao encarar a cultura como criação, não podemos considerar que o nosso património arquitectónico cumpre apenas a função de satisfazer as necessidades funcionais que lhe são inerentes, mas sim valorizar a simbiose de diversas épocas, influências e experiências, tanto materiais como imateriais que são transmitidas pelo tempo dos edifícios, em gesto de herança, que sobrevivem ao passado e nos apresentam um futuro (Martins, 2009, p. 7).

O tempo, por definição pode ser associado a um contínuo vivencial, uma sucessão imparável de acontecimentos que nos sobrevivem e são exteriores a nós próprios

¹¹ "Desejo de arte" ou *Kunstwollen*. O conceito heurístico de *Kunstwollen* permitiu a Riegl assinalar a distinção capital entre o valor artístico próprio do monumento e o seu valor para a história da arte (*apud* Choay, 2015, p.30) [nota da autora]

¹² **Vasco Moreira Rato** Professor auxiliar do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE. Licenciado em Arquitectura, tem um mestrado em Construção pelo IST/UTL) e é Doutorado pela UNL em Engenharia Civil, tendo como especialidade a Reabilitação do Património Edificado. Tem experiência profissional e empresarial nas áreas de reabilitação de edifícios, gestão de projectos, tecnologias de construção e eficiência energética em edifícios. (ISCTE/IUL)

(Ferreira, 2013, p. 84). É com base na importância do entendimento do tempo para o Homem que Santo Agostinho, em *Confissões*¹³, nos apresenta três dimensões:

Um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes e um presente das coisas futuras. O presente das coisas passadas é a memória, o presente das coisas presentes é a vida e o presente das coisas futuras é a espera (Martins, 2009, p. 29).

Considera, portanto, que o tempo é um só, um só presente que se movimenta incessantemente, que já foi e que poderá vir a ser, o *devir*.

É nesta perspectiva que devemos olhar o património, tendo como base as três dimensões do presente descritas por Santo Agostinho, de modo a que a memória não seja esquecida, mas sim respeitada, estabelecendo-se como elo de ligação entre pessoas e sociedades, preservando a herança e projectando-se num futuro.

Santo Agostinho de Hipona diz também que "o tempo está na mente humana, tendo sido criado com o homem, que espera, considera e recorda" (*apud* Martins, 2009, p. 30). Sendo uma atitude natural no Homem, o esperar e o recordar; a importância da herança e da memória deve ser defendida pela sua ligação directa com a vida.

Estamos então "perante a lembrança presente das coisas passadas, a visão presente das coisas presentes e a esperança presente das coisas futuras", como nos diz Guilherme d'Oliveira Martins, que segundo Paul Ricoeur, trata apenas de "reduzir a extensão do tempo à extensão da alma", ao que chama de "trabalho da memória" (Martins, 2009, p. 31).

A ideia de redução, descrita por Paul Ricoeur, tem que ver com a necessidade do Homem em estabelecer raízes a fim de encontrar um sentido para a sua existência, sentido esse atribuído pelo património, pelo estabelecimento de uma identidade e pela conservação de uma memória, pois a nossa identidade é de igual modo a nossa herança.

Paul Ricoeur afirma também que, um entendimento saudável e natural com a identidade e herança contribui para um maior amor próprio e, conseqüentemente maior criação de espaço de afirmação, mas também numa maior vontade de não

¹³ Livro escrito por Santo Agostinho de Hipona. É considerada a sua maior obra. Escrito dez anos após a sua conversão, o livro é considerado uma autobiografia que também imprime o seu pensamento filosófico.

esquecer, que se vem reflectir na arquitectura e mais concretamente naquilo que consideramos ser o nosso património.

O "trabalho da memória" deve compreender as relações humanas como um compromisso, sendo então a vontade de não esquecer ampliada para o "dever de não esquecer", realidade que abrange todo o legado histórico.

O dever de respeito serve para não esquecer, mas também para tornar o mundo da vida mais humano, capaz de compreender que há claros e escuros, há bem e mal, há acções positivas e erros. Uma identidade aberta tem, assim, de ser serena e sem cólera, mas não esquecida da verdade e da justiça. (Martins, 2009, p. 32)

A afirmação do autor mostra-nos mais uma vez o porquê de termos de compreender a visão presente das coisas presentes, a lembrança presente das coisas passadas e a esperança presente das coisas futuras.

Respeitar e compreender exige, assim um "assumir o tempo próprio e os outros tempos, o lugar próprio e o lugar dos outros" (Martins, 2009, p. 33). O posicionar-mo-nos no lugar de outros povos, gerações e culturas, mostra ser a única forma de assegurar uma identidade e preservar sua herança.

2.2. PATRIMÓNIO ENQUANTO VALOR. TEORIAS DE CONSERVAÇÃO

É preciso restaurar, antes que os testemunhos se transformem em meros vestígios, e estes, por degradação progressiva ou colapso, em ruínas apenas, cenário esvaziado de sinais, narrativa sem conteúdo.

É preciso restaurar, porque restaurar é assegurar a estabilidade material do binómio passado/presente e assim prolongar por mais um instante do tempo cósmico as expressões vivas do passado histórico, na sua vertente monumental, para uma leitura cultural.

Porque restaurar é garantir, num devir de esperança, a permanência de valores simbólicos ou emblemáticos que apoiam a nossa história, num imaginário de referência que suporta o universo da tradição, num enquadramento cronológico e de continuidade (Ferreira, 1992, p. 10).

Os primeiros sinais de preocupação com a preservação do património, segundo a autora Françoise Choay, surgem após a Revolução Francesa, tendo sido publicados

por F. Rucker¹⁴, entre 1790 e 1795 "um conjunto de documentos com a finalidade de conservar e proteger os monumentos históricos" (Choay, 2015, p. 103).

Em simultâneo, o antiquário naturalista Aubin-Louis Millin¹⁵ defende que existiam diversos objectos que detinham demasiada importância para serem destruídos, não só edifícios mas todo um conjunto de bens que deviam ser protegidos da acção do tempo. A história constitui um dos principais elementos de estudo para os verdadeiros cidadãos, segundo Millin, que avança:

São estes monumentos preciosos que nós desejamos retirar à foice destruidora do tempo [...] Faremos representar os diversos monumentos nacionais, tais como antigos castelos, abadias, mosteiros, enfim, todos aqueles que possam narrar os grandes acontecimentos da nossa história. (Choay, 2015, p. 104)

Em termos de bens imóveis, a noção de património abarca as antiguidades nacionais, antiguidades greco-romanas, e sobretudo, uma herança arquitectónica contemporânea, tendo como exemplo o Hospital dos Inválidos ou, mais tardias, as igrejas de Sainte-Geneviève e La Madeleine (Choay, 2015, p. 106). O pensamento moderno tinha em consideração que as antiguidades poderiam ser enriquecedoras para uma sociedade, então as recentes obras arquitectónicas poderiam adquirir, de igual forma, o significado histórico dessas mesmas antiguidades nacionais. É a partir deste momento que se assiste a uma homogeneização do sentido dos valores dentro do conceito de património, de acordo com a autora.

O primeiro historiador a interpretar a conservação dos monumentos antigos por meio de uma teoria de valores, em 1907, é Alois Riegl que estabelece os pensamentos em termos de monumento histórico e não em termos de património (Choay, 2015, p. 119).

Poder-se-á dizer que o primeiro valor a ser considerado é o valor cognitivo, ou educativo que os monumentos possuem, sendo testemunhos de História. Como nos diz a autora, os monumentos introduzem uma pedagogia do civismo, uma vez que "os cidadãos estão dotados de uma memória histórica que representará o papel afectivo de uma memória viva desde que mobilizada pelo sentimento de orgulho".

¹⁴ **F. Rucker** Autor do livro "Les Origines de la conservation des monuments historiques en France", 1790-1830, op. cit. (Choay, 2015, p.125) [nota da autora]

¹⁵ **Aubin-Louis Millin** (1759-1818) foi um naturalista e antiquário francês. Fez parte de um Comité francês que teve como missão inventariar, classificar e proteger os bens que se tornaram património em 1791 (Choay *apud* Figueiras, 2015, p.64)

O valor económico dos monumentos históricos é outro aspecto a ter em conta, uma vez que pode servir como fonte de rendimento para a sociedade bem como a promoção turística. O último valor a ter em conta na hierarquia será o valor artístico, uma vez que se vive num tempo em que o valor estético acaba de aparecer, ainda não estando bem cultivado ou esclarecido. Acrescentado ao valor cognitivo, sobressai, contudo, um "desejo de arte", como já referimos em cima, com o fim de conservar uma herança monumental e em socorro de uma arquitectura enfraquecida que não se dirige à sensibilidade nem ao sentimento. (Choay, 2015, pp. 140-141).

A emoção estética entra no panorama do património pela passagem do tempo e a sua consequente acção mortal; citando Choay "[...] um sentimento de abandono imposto pela percepção da acção corrosiva do tempo: a ascensão destes valores afectivos integra o monumento histórico no novo culto da arte". As catedrais de Vitor Hugo, de Ruskin ou de Huysmans são claros testemunhos do culto da arte. (Choay, 2015, p. 143)

O culto pela arte do passado surge com a Revolução Industrial, que segundo Ruskin separa drasticamente a *arquitectura* tradicional da *construção* moderna¹⁶. A primeira invocava o sagrado, mantinha um diálogo com o tempo enquanto que a segunda, padronizada e anónima, ignorava e recusava as suas marcas, utilizando materiais como o ferro e o vidro que impossibilitavam a impressão do tempo na sua superfície.

Compreender a visão presente das coisas presentes, a lembrança presente das coisas passadas e a esperança presente das coisas futuras, mais uma vez, mostra ter um papel determinante para o sentido e o valor do monumento. Em França, Vitor Hugo apela a "uma lei para o passado" que constitui "o que uma nação tem de mais sagrado, *depois do futuro*"¹⁷ (Hugo *apud* Choay, 2015, p. 146).

Atribuindo o valor de arte ao monumento, Ruskin em Inglaterra, apela à memória como um novo destino e valor desse mesmo monumento, afirmando no seu livro *Seven Lamps Of Architecture* "Nós podemos viver sem [a arquitectura], adorar o nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos recordar" (Ruskin *apud* Choay, 2015,

¹⁶ As duas noções de arquitectura e de construção foram claramente distinguidas, nomeadamente em "The Seven Lamps of Architecture" (1849), J. M. Dent and Sons, Londres, 1956, p.7. Nessa mesma passage, Ruskin utiliza como sinónimo de *building* o termo *edification*, que já tinha, na época, quase perdido esse significado na utilização corrente do inglês. Para tudo o que se segue, ver "The Seven Lamps of Architecture". (Choay, 2015, p.178) [nota da autora]

¹⁷ "depois do futuro" aparece em itálico por opção da autora no livro "Alegoria do Património" e mantivemos pois, consideramos que enfatiza a afirmação de Santo Agostinho já referida.

p.147). Para Ruskin a arquitectura representa o único elo possível com o passado, e por isso com a nossa identidade. Como afirma a autora "é o único meio de que dispomos para conservar vivo o laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser"¹⁸ (Choay, 2015, p. 148).

Que recordam então os edifícios antigos? O valor sagrado dos trabalhos que os homens de bem, desaparecidos e anónimos, realizaram para honrar o seu Deus, compor os seus lares, manifestar as suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas [...] (Choay, 2015, p. 148).

Ruskin encara a arquitectura por um prisma afectivo, defendendo que os edifícios conversam connosco. Somos remetidos para um espírito afectivo em relação à memória. A teoria de Ruskin não procura remeter o seu pensamento para os monumentos históricos em particular, mas sim para a arquitectura em geral de forma a perceber de que modo se poderia tornar a arquitectura moderna em arquitectura histórica, no seu sentido mais afectivo e memorial.

É o primeiro, conduzido por um desejo de *continuidade*¹⁹, valorizando o tecido formado pelos pequenos conjuntos arquitectónicos que envolvem os monumentos, a incluir no que se considerava ser património arquitectónico a arquitectura doméstica, a arquitectura menor. Ao recordar a dimensão sagrada das pequenas e grandes obras, as ideias de Ruskin enriquecem o conceito de monumento histórico e este, adquire assim, uma "universalidade sem precedentes" (Choay, 2015, p. 149).

A universalidade do monumento histórico apresenta teorias que se mostram opostas no que diz respeito à sua preservação e conservação. Os conceitos de Ruskin são principalmente apoiados e praticados em Inglaterra, incitando uma doutrina anti-intervencionista ao passo que em França e, conseqüentemente, no resto da Europa segue o ritmo de Viollet-le-Duc, que defende o restauro como disciplina a seguir, por consequência, intervencionista.

Ruskin e, mais tarde, William Morris defendem que o trabalho tido pelas gerações passadas na construção dos edifícios apela ao seu carácter sagrado. É o legado deixado pelos homens e a impressão da passagem do tempo, a essência do

¹⁸ "The Lamp of Memory", Ruskin evoca "the strength [of the past buildings] wich, through the lapse of seasons and times, and the decline and birth of dynasties [...], connects forgotten and following ages with each others and half constitutes the identity, as it concentrates the sympathy, of nations", *op. cit.*, p.191 (*apud* Choay, 2015, p.179). [nota da autora]

¹⁹ Entendemos aqui *continuidade* como desejo de futuro.

monumento. Por não pertencer ao nosso tempo, ao nosso presente, mas sim à memória presente de um passado, Ruskin defende que não temos qualquer direito de intervir na sua degradação. Devemos deixar os edifícios históricos à mercê do tempo, pois segundo o pensador inglês, é esse o destino final de qualquer obra de arquitectura. Segundo Ruskin os edifícios pertencem, em parte àqueles que os edificaram e àqueles que hão de vir. Considera um absurdo a ideia de restauro, comparando tal intenção com a de dar vida a um morto (Choay, 2015, pp. 150-160).

Tanto para Ruskin como para Morris, querer restaurar um edifício equivale a matar a sua autenticidade, defendendo incessantemente que o destino de qualquer monumento histórico é a ruína.



Ilustração 1 - Desenho do restauro para Saint-Sernin de Toulouse (Eugène Viollet-Le-Duc, 1846).

Com uma visão totalmente oposta, em França, embora tão extremista quanto Ruskin, o pensamento de Viollet-le-Duc em relação aos monumentos históricos defende o

restauro enquanto disciplina, não enquanto preservação de uma memória, mas pela procura de um estilo puro, a procura pela "unidade de estilo"²⁰.

Je ne suis pas de ceux qui désespèrent du présent et jettent un regard de regret vers le passé. Le passé est passé, mais il faut le fouiller avec soin, avec sincérité, s'attacher, non pas à le faire revivre, mais à le connaître, pour s'en servir. Je ne reconnais que l'on impose la reproduction des formes d'art des anciens [...] (Viollet-le-Duc, 1858, p. 32).

Le-Duc, segundo Choay, não sente nostalgia pelo passado mas sim pelo futuro, sendo esta preocupação que sobressai nas suas intervenções. Le-Duc considera que, ao retirar de um edifício histórico todas as alterações sofridas em tempos posteriores à sua construção, o devolveria ao seu estilo primitivo, onde as gerações futuras conseguiriam absorver a sua verdadeira identidade.

Os edifícios eram meticulosamente estudados e analisados a fim de perceber qual o seu estilo original e, posteriormente o seu restauro realizar-se-ia através de processos de anastilose²², que "na reposição de elementos encontrados e, [...] perante a sua eventual repetição, fundamentava a restante reconstituição" (Correia, 2011, p. 393).

Ao consolidar o restauro como disciplina autónoma da concepção arquitectónica, Le-Duc mostrou ser um dos primeiros a estabelecer princípios para as intervenções em monumentos históricos, tendo como premissa a aplicação de um uso, como nos diz no seu artigo *Restauration*, "o melhor meio de conservar um edifício é o de lhe encontrar um emprego".²³

A visão de Viollet-Le-Duc é considerada demasiado extremista uma vez que o arquitecto procurava intervir com base num modelo puro ou por ele considerado perfeito, deixando para trás todas as intervenções pelas quais o edifício passou ao longo da sua existência, apagando assim a sua história, a sua *patine*, a sua vida em prol do que ele considerava ser um estilo puro, original, que satisfizesse a unidade de

²⁰ A intenção de restaurar a sua forma original, o seu estilo, justifica a designação de restauro estilístico. Le-Duc ao restaurar um edifício retira-lhe os acrescentos sofridos após a época da sua construção, trazendo-o de volta à forma e ao estilo original, como se pode verificar na sua intervenção na Igreja de Saint-Semin em Toulouse.

²¹ "Eu não sou daqueles que ficam desesperados com o presente e lançam um olhar nostálgico para o passado. O passado é o passado, mas é necessário investigá-lo com cuidado, com sinceridade, não ficar preso a fazê-lo reviver, mas a conhecê-lo, para que nos possa servir. Não posso admitir que se imponha a reprodução de formas de arte antigas. [Tradução nossa]

²² Anastilose - Técnica de reconstrução ou reintegração de um monumento em ruínas, a partir do estudo das peças ou fragmentos que o compõem, eventualmente com novos materiais a complementarem as peças originais, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/anastilose> [consultado em 06-06-2016].

²³ Viollet-Le-Duc *apud* Choay in "As Questões do Património, Antologia para um Combate", 2011, p.31.

estilo por ele determinada. Contudo é importante salientar que a importância da sua visão, principalmente no que diz respeito ao estudo aprofundado do projecto original "como fonte de conhecimento para resolução de problemas estruturais, a reutilização do edifício para sua sobrevivência e, principalmente, a actuação baseada na especificidade de cada projecto" (Casaca, 2013, pp. 40-42).

A visão de Ruskin como a de Viollet-Le-Duc, apesar de opostas e demasiado severas, serviram de base para as mais recentes teorias de conservação e inspiraram grandes arquitectos como Camillo Boito²⁴ e Gustavo Giovannoni²⁵, figuras importantes para a conservação do património no século XX, tendo sido este último considerado um dos mais significativos intervenientes na Conferência de Atenas de 1931²⁶, da qual surgiu o primeiro documento oficial internacional, para a conservação e o restauro do património, a Carta de Atenas (Casaca, 2013, p. 48).

Boito procura um meio termo em relação às teorias de Ruskin e Le-Duc. Juntamente com os seus seguidores, defende intervenções de nível intermédio, que mais tarde, virão servir de base às teorias actuais. É possível identificar claramente os princípios de restauração de Boito nos artigos 9º e 12º da Carta de Veneza, realizada em 1964:

Artigo 9º - A restauração é uma operação que *deve* guardar um carácter excepcional. Tem por objectivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e sustenta-se no respeito da substância antiga e de documentos autênticos. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento [...].

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes *devem* integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, para que a restauração não falsifique o documento de arte e de história [...] ²⁷ (Veneza, 1964).

²⁴ **Camillo Boito** (1835-1914) foi um arquitecto, restaurador, crítico, historiador e professor italiano. Nascido em Roma, é formado em Arquitectura pela Academia de Belas Artes de Veneza. Através do interesse revelado pela Idade Média, revela-se uma das figuras com mais destaque no panorama cultural do século XIX, principalmente pelo seu significativo papel na transformação do ensino e cultura arquitectónica italiana (Trecacani *apud* Figueiras, 2015, p.67).

²⁵ **Gustavo Giovannoni** (1873-1947) arquitecto, engenheiro, restaurador e historiador de arte italiano. Dedicou a sua actividade profissional ao estudo dos tecidos urbanos e à respectiva conservação. Concebeu os planos directores de cidades como Roma e Bérgamo, bem como parte da legislação italiana referente ao património. Defendia que as cidades deveriam ser lugares de cultura que evoluem mas mantêm viva a sua memória. Os seus trabalhos foram de importante relevância para a Conferência de Atenas (1931) e para a Carta de Veneza (1964) (Choay, 2015, p.180).

²⁶ Conferência sobre a conservação artística e histórica dos monumentos, organizada pela sdn, cf. cap. IV, nota 116 (*apud* Choay, 2015, p.29). [nota da autora]

²⁷ Carta de Veneza, sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, 1964. Consultar Anexo em DVD.

Camillo Boito defende o respeito por todas as partes integrantes do monumento, uma vez que os acrescentos das épocas posteriores à sua construção são testemunhos da vida do edifício. Devemos respeitar a *patine* do tempo e a sua singularidade, através de uma análise exaustiva do monumento focada na revitalização da essência do edifício, o que obriga a adoptar um critério de intervenção mínima e diferenciar claramente as partes pré-existentes das que correspondem ao restauro.

Tendo como base as teorias de Boito, Gustavo Giovannoni marca o Restauro na primeira metade do século XX, manifestando-se até ao presente. Considerado um dos mais importantes intervenientes da Conferência de Atenas, escreve em relação ao restauro:

Em termos estilísticos também, é necessário manter uma harmonia entre o antigo e o novo; mas não quero ser mal compreendido sobre este ponto. Não digo que os novos projectos devam ser simples cópias de obras pré-existentes [...]. Cada cidade tem a sua própria "atmosfera" artística, ou seja, um sentimento das proporções, das cores e das formas que se conservam através da evolução dos diferentes estilos, o que é preciso ter em conta (Giovannoni *apud* Choay, 2011, p. 199).

Giovannoni é, sem dúvida, o primeiro arquitecto a dar importância ao conjunto urbano, sendo utilizado pela primeira vez o termo "património urbano", que segundo a autora Françoise Choay "adquire o seu sentido e o seu valor não tanto enquanto objecto autónomo de uma disciplina própria, mas como elemento e parte integrante de uma doutrina original de urbanização" (2011, p. 199).

O arquitecto reage contra o isolamento e consequente degradação do património edificado promovendo a não-musealização das cidades e dos monumentos, quando defende que os tecidos urbanos estão em constante movimento e portanto interligados e, que a relação histórica do monumento com a envolvente "enuncia o conceito de ambiente como definição urbana" (Casaca, 2013, p. 49).

3. CONVENÇÕES E DOCTRINAS INTERNACIONAIS

É só a partir do Renascimento que surge a preocupação relativa à conservação do património, tendo sido a Igreja de Roma pioneira nesta matéria em 1425, acompanhada de Inglaterra em 1560 e, mais tarde, por diversos outros estados italianos a partir de 1571 chegando, finalmente a Portugal em 1721 (Correia, 2011, p. 243).

Sendo um "Bem de herança que passa, de acordo com as leis, dos pais e das mães para os filhos", segundo o Dicionário de Língua Portuguesa, é considerado património qualquer bem ou valor que perdure no tempo, que passe de geração para geração, mantendo uma relação entre três realidades; o passado, o presente e o futuro, como já referimos no capítulo anterior.

Desta noção de herança referida acima, interessa estudar a herança edificada, isto é, do património arquitectónico, do seu valor e importância para o estabelecimento de uma identidade, através da preservação da nossa memória passada.

A preocupação pela preservação dos bens herdados pela geração anterior ganha força a nível internacional no século XIX e início do século XX, tendo especial incidência após a I Guerra Mundial, através do Serviço Nacional dos Museus, que em 1931, convoca pela primeira vez na História uma conferência com o intuito de redigir normas para a preservação, conservação, restauro e protecção do património, a Conferência de Atenas (Correia, 2011, p. 243).

Como nos diz Miguel Brito Correia no seu texto editado por ocasião da exposição dos 100 anos de Património, Memória e Identidade, integrado nas comemorações do Centenário da Implantação da República, o conceito de património ficou assim, alargado, no início do século XXI, abrangendo os "aspectos imateriais associados à herança construída" (2011, p. 243), deixando de ser um conceito centrado apenas no monumento isolado como se assistia no século XIX.

É pela primeira vez introduzido o conceito de "património internacional" e, devido a esta primeira conferência surge uma maior preocupação por parte dos diversos países na salvaguarda do património, que se veio traduzir em documentos nacionais e internacionais, assim como múltiplas organizações mundiais na luta pela protecção do património. A partir desta conferência nasce o primeiro conjunto de normas

internacionais para a salvaguarda do património, a Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos, já referida acima.

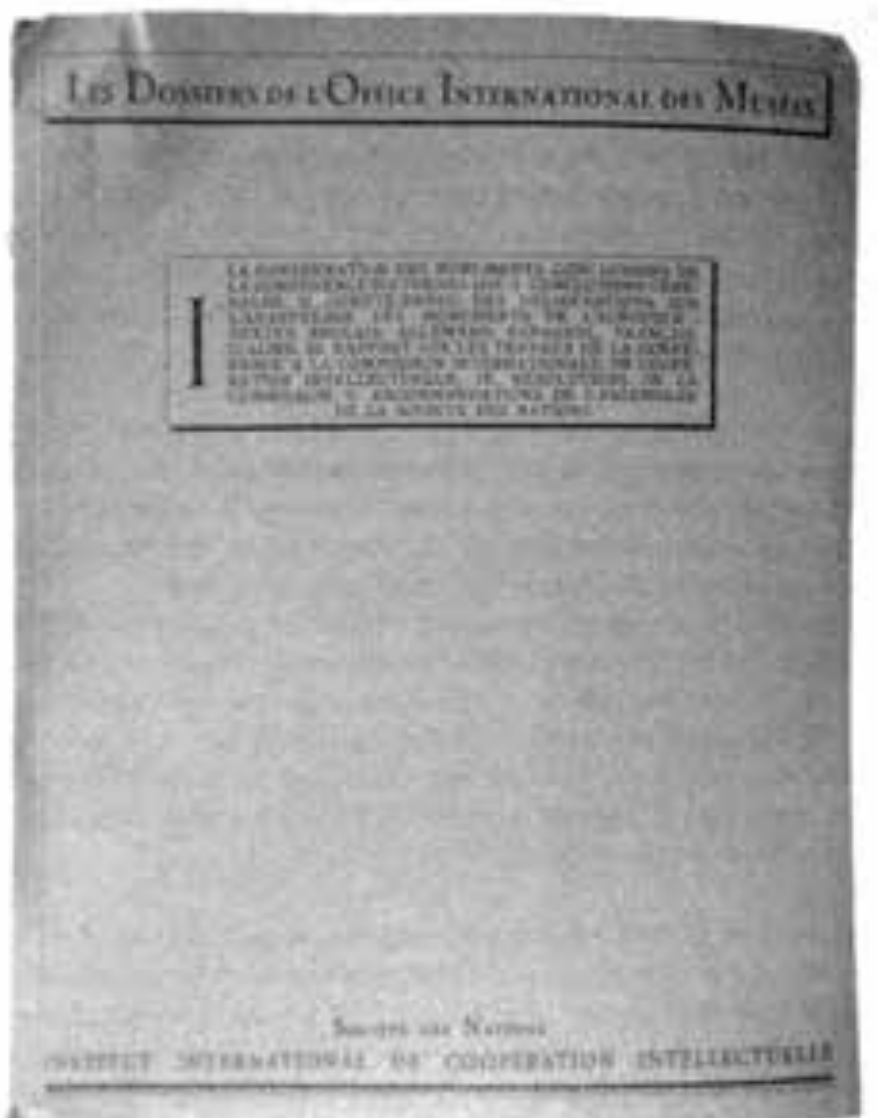


Ilustração 2- Carta de Atenas, frontispício. (Conferência de Atenas, 1931, Atenas) (CUSTÓDIO, 2011, p. 244).

Do Congresso de Atenas resultou a Carta de Atenas, na realidade o primeiro documento internacional de princípios e normas para a conservação e restauro dos monumentos de arte e história. O seu significado teórico residiu na consagração das teorias de restauro científico defendidas pela escola italiana de Camillo Boito e Gustavo Giovannoni. Os seus sete artigos foram vertidos nas leis de vários países (Custódio, 2011, p. 134).

Desde 1931, as normas internacionais com maior relevância surgem por iniciativa de organismos internacionais governamentais e não-governamentais, de onde se pode destacar as organizações de maior destaque a nível internacional como a Sociedade das Nações, fundada em 1919 à qual, em 1945 a Organização das Nações Unidas veio suceder; a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO²⁸, criada também em 1945 (autora de quatro convenções fundamentais²⁹ e pioneira na criação de diversas organizações especializadas, onde se destaca o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais, ICCROM); o Conselho da Europa, criado em 1949 com sede em Estrasburgo, que é uma organização intergovernamental de âmbito europeu à qual Portugal aderiu em 1976 e que tem promovido diversas recomendações e, finalmente o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, ICOMOS³⁰ (Correia, 2011, p. 245).

²⁸ Criada em Novembro de 1945, integra o sistema das Nações Unidas e tem sede em Paris, França. Surge na consequência da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, fundada em Agosto de 1922 pela Sociedade das Nações sediada em Genebra, Suíça. Esta comissão é extinta após a II Guerra Mundial que se dá entre 1939 e 1945. Sendo uma organização intergovernamental, a acção da UNESCO está dependente das decisões dos seus Estados-Membros, que inicialmente eram 37 e actualmente 195 mais 8 Estados associados. A cada Estado-Membro está associada uma comissão nacional e, no caso português foi fundada em 1980, quinze anos após a adesão de Portugal a esta organização. O seu principal objectivo é o de contribuir para a paz, desenvolvimento humano e segurança mundial através da promoção do pluralismo, reconhecendo e incentivando a diversidade, a autonomia e a participação na sociedade do conhecimento. A salvaguarda do património construído representa uma das áreas de intervenção da UNESCO, na qual tem revelado um papel importante através da elaboração de normas internacionais, no apoio de campanhas de preservação de locais históricos, na criação e divulgação da Lista do Património Mundial, entre muitas outras iniciativas (Correia, 2011, p.246).

²⁹ Convenção de Haia para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado em 1954, a Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural em 1972, a Convenção para a protecção do património subaquático em 2001 e a Convenção para a salvaguarda do património cultural intangível em 2003 (*apud* Correia, 2011, p.244).

³⁰ Fundado em 1965 em Varsóvia, na Polónia. Surge na sequência do Segundo Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, durante o qual foi elaborada a Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, dita "Carta de Veneza", que constitui o documento fundamental do ICOMOS. Sediado em Paris, congrega 7000 membros agrupados em mais de 120 comissões nacionais. Sendo o principal consultor da UNSECO em matéria de conservação e protecção do património, tem como propósito aconselhar o Comité do Património Mundial e a UNESCO na avaliação das candidaturas de novos bens culturais e mistos à Lista do Património Mundial. (*apud* Casaca, 2013, p.55-56)



Ilustração 3- Livro de actas do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, José Paulo Ruas/IGESPAR. (Coleção Miguel Brito Correia, In CUSTÓDIO, 2011, Portugal),

Após a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial dá-se uma acelerada reconstrução e renovação das cidades, através de reinvenções e reconstruções dos monumentos, conjuntos e sítios baseada nas teorias e teses de Viollet-Le-Duc, o que leva a uma reacção crítica geral, que conduziu à necessidade de estabelecimento de novos paradigmas para o restauro e conservação do património. Surge então, em 1964 a Carta de Veneza.

Um belíssimo exemplo desta reconstrução exacerbada e sistemática de cópias poderia ser o núcleo histórico da antiga cidade de Varsóvia, onde se abandonaram as metodologias artesanais anteriores à guerra para dar início à rapidez do betão com falsos históricos e artísticos (Aguiar, 2011, p. 219).

Segundo José Aguiar, a par com o pensamento de Guilio Carlo Argan e a influência do Contextualismo, a reacção ideológica aproxima-se das ideias de Camillo Boito, valorizando primordialmente a ligação indissociável entre o restauro e a história da

arte e da arquitectura. Como nos diz Cesare Brandi³¹ "a obra de arte condiciona o restauro e não o oposto", o que nos revela a nova forma de pensar a arquitectura, o restauro e principalmente a valorização do património, nunca esquecendo a premissa de que estamos presente uma herança do passado que é de máxima relevância preservar para o futuro. Juntamente com Renato Bonelli³² e Roberto Pane³³, os actores referidos acima protagonizaram o surgimento, em Itália, do Restauro Crítico³⁴ (Aguiar, 2011, p. 219).

Impõe-se assim um novo paradigma de conservação que recusa as reinvenções e repristinações que surgem no pós guerra, o que provocará a necessidade de redacção de uma nova carta internacional, a Carta de Veneza, assim como a Carta Italiana do Restauro de 1972, com maior desenvolvimento operativo.

A originalidade metodológica da nova teoria que surge, assenta na proposta de Brandi: "[...] o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à transmissão para o futuro", publicada na *Teoria del Restauro* em 1963 (Brandi *apud* Aguiar, 2011, p. 220). Esta teoria tem como base o relacionamento e fundamentação mútua entre o novo e o antigo e está balizada pelo princípio da autenticidade, "questão absolutamente central que marcará toda a segunda metade do século XX e, ainda hoje, os conceitos contemporâneos de conservação", como afirma José Aguiar no texto realizado a propósito da exposição dos 100 anos de património, com o título "Após Veneza: do restauro estilístico ao restauro crítico".

Um dos primados propostos por Brandi fundamenta que o restauro deve potenciar o restabelecimento da unidade da obra de arte, sem prejudicar a obra com um falso

³¹ **Cesare Brandi** (1906-1988) Crítico de arte e historiador, especialista em teoria da Conservação e Restauro. Em 1939 torna-se o primeiro director do *Instituto Centrale per il Restauro*, actualmente *Instituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro*, em Roma. Entre os seus livros podemos destacar "Le due vie", de 1966 e "Teoria generale della critica" que data de 1974. O primeiro foi debatido e apresentado em Roma por Emilio Garroni e Giulio Carlo Argan, entre outros. Em 1963 publica *Teoria del Restauro*, uma compilação das suas aulas organizada pelos alunos no Instituto Centrale del Restauro de Roma, o que se tornou um marco para a teoria do restauro. A sua teoria deu origem ao "trattaggio", uma técnica controversa para reparar secções perdidas ou danificadas em obras de arte.

³² BONELLI, Renato. "Restauro" (Il restauro architettonico). in ENCICLOPEDIA Universale dell'Arte. Roma-Venezia, 1963, v.11, colunas 347-348 (*apud* Carbonara, 2006, p. 1). [nota do autor]

³³ Roberto Pane, *Architettura e arti figurative*, Venezia, Pozza, 1948 (*apud* Carbonara, 2006, p. 1). [nota do autor]

³⁴ Define-se Restauro Crítico a posição defendida por Brandi, que considera cada intervenção um caso único e que não deverá corresponder a qualquer tipo de dogmas ou regras pré-definidas, mas sim, que a própria obra, estudada atentamente e com a sensibilidade histórico-crítica e competência necessárias, sugere ao restaurador a via mais correcta a ser empreendida (Carbonara, 2006, p. 271-390)

histórico ou artístico e, principalmente, não apagar a sua passagem do tempo, através de uma reconstrução crítica, operação essa que será sempre um projecto contemporâneo, pois será realizada sempre num presente (Aguiar, 2011, p. 220).

[...] o único momento legítimo que se apresenta à acção de restauro é o do próprio presente da consciência observante, em que a obra de arte está no momento e é presente histórico [...]. O restauro, para representar uma operação legítima, não deverá pressupor nem o tempo como reversível, nem a abolição da história (Brandi *apud* Aguiar, 2011, p. 220)

No Segundo Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em Maio de 1964, domina portanto, a teoria do Restauro Crítico Italiano que, vem permitir fundar uma organização não governamental, já referida acima, o ICOMOS, tendo como presidente Guglielmo de Angelis d'Ossat, de onde resulta a famosa Carta de Veneza que, ainda hoje estabelece as bases para a conservação e o restauro dos monumentos e sítios.

Um dos pontos-chave da Carta de Veneza é a ampliação do conceito de "monumento", uma vez que "[...] não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios urbanos e rurais [...]", segundo nos diz o artº 1³⁵ da Carta, passam a integrar o conceito de monumento histórico, estabelecendo-se como um dos contributos mais inovadores. Um outro ponto, não menos importante, constitui o que se toma por conceito de "autenticidade", questão ainda nos dias de hoje fundamental para as teorias da conservação, ampliado pela aceitação da "significativa variabilidade do conceito para distintas culturas" (Aguiar, 2011, pp. 221), pelo Documento de Nara, em 1994³⁶.

Na Conferência de Veneza, Portugal ffoi representado por José Pena Pereira da Silva, director-geral da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e, pelo arquitecto Luís Benavente, mas o país tardou a abraçar os novos princípios e só em 1974 o Governo Português permite a criação de uma Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS (Aguiar, 2011, pp. 221-222).

³⁵ "O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progress, ou algum acontecimento histórico. *Idem, ibidem,*" (Aguiar, 2011, p. 221) [nota do autor]

³⁶ *Documento de Nara sobre a autenticidade*, conclusões da Conferência de Nara sobre Autenticidade em Relação com a Conservação do Património Mundial, Japão, 1994. (Aguiar, 2011, p. 221) [nota do autor]

Como nos diz Françoise Choay no seu livro "Alegoria do Património", o conceito de património urbano surge quatro séculos após a invenção do conceito património histórico, tendo sido um contributo específico e marcante para a cultura europeia.

Ampliar o urbanismo como disciplina particular da arquitectura modificou o olhar sobre a mesma, promovendo o interesse pela conservação não só dos monumentos mas também dos sítios e paisagens históricas. Contudo, a elaboração de uma carta visando a conservação do património urbano demorou mais vinte anos, solidificando-se num primeiro Congresso de Toledo, tendo adquirido, finalmente, expressão em Washington, no ano de 1987, através da Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas, do ICOMOS (Aguiar, 2011, pp. 223).

Hoje, e todos sentimos este crescimento conceptual, ao "monumento" acrescentamos à cidade-património, as paisagens e os itinerários culturais; os territórios naturais e os humanizados; o património intangível (dos saberes); o ambiente e a próprio Terra; em suma uma enormidade de âmbitos que definem uma noção extremamente alargada de património cultural (Aguiar, 2011, p. 222).

Posteriormente à Carta de Veneza surge uma série de convenções e documentos internacionais para a salvaguarda do património, de onde se destacam o Documento de Nara de 1994 e a Carta de Cracóvia de 2000, ambos fundamentais para as teorias de restauro contemporâneas, às quais se seguiram muitas outras.

O Documento de Nara, redigido na Conferência de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural, no Japão entre os dias 1 e 6 de Novembro de 1994, tinha como objectivo introduzir um conceito de autenticidade a fim de salvaguardar a diversidade cultural dos países, uma vez que, como o próprio documento nos diz "a contribuição essencial que é dada pela consideração da autenticidade na prática da conservação consiste na clarificação e na iluminação da memória colectiva da humanidade" (Nara, 1994, Preâmbulo).

Tendo em vista os princípios da Carta de Veneza, onde o conceito de autenticidade tem já, um papel fundamental nos estudos científicos sobre património cultural, a primeira norma do documento para a preservação é o reconhecimento do seu valor e significado (Casaca, 2013, p. 65).

No ano 2000, a 26 de Outubro é elaborada a Carta de Cracóvia, igualmente dentro do espírito da Carta de Veneza, mas com a consciência de que a Europa se caracterizava pela diversidade cultural, originando assim uma pluralidade de valores.

Um dos princípios ditados pela Carta de Cracóvia consiste precisamente na "mudança de valores, que podemos identificar em cada monumento, uma das características do património, ao longo da História"³⁷. A carta alerta para a valorização do processo das mudanças sofridas ao longo do tempo, consequência de múltiplas variações técnicas, culturais e ideológicas e que só através delas será possível traçar o caminho para a sua identificação cultural com perspectiva de um futuro.

É também na Carta de Cracóvia exposta a noção de que qualquer intervenção, no contexto territorial, deve envolver todos os sectores da população, passando assim a ser um processo de planeamento integrado.

A carta defende que o valor patrimonial é respeitado quando todos os períodos da sua história o são também, defendendo como princípio que "o objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico (...) é o de manter a sua autenticidade e integridade"³⁸, em consonância com o Documento de Nara e que, o projecto de restauro deve sempre respeitar as técnicas tradicionais de construção (Casaca, 2013, p. 68).

DNo que toca à gestão do património, mediante os constantes processos de mudança e transformações, o processo defendido pela Carta de Cracóvia implica uma adaptação de regulamentos apropriados a cada caso, o que constitui uma inovação notória no pensamento da salvaguarda do património construído. Nas palavras de José Fernandes³⁹:

A Carta de Cracóvia, de 2000, que constitui uma das mais recentes e completas propostas normativas sobre o tema da conservação e restauro do património construído (seguindo embora o padrão geral de respeitar as diferenças entre a parte existente e a nova das edificações, ao modo da Carta de Veneza), soube instaurar novas visões do tema, mais abertas, referindo e aceitando aspectos da ampla possibilidade de transformação e de modernização das obras, em função de cada contexto cultural e social (2011, p. 241)

³⁷ Carta de Cracóvia - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Preâmbulo, *in* Cartas e Convenções Internacionais sobre Património, DGPC. Consultar Anexo em DVD

³⁸ Carta de Cracóvia - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Preâmbulo, *in* Cartas e Convenções Internacionais sobre Património, DGPC. Consultar Anexo em DVD

³⁹ **José Fernandes** Arquitecto português, nasceu em Lisboa em 1953. Licenciado pela Escola de Belas Artes de Lisboa em 1977, torna-se professor Doutorado em 1993 e Catedrático em 2010. Ensina, na Faculdade de Arquitectura da universidade Técnica de Lisboa a cadeira de História da Arquitectura e do Urbanismo. Autor de vários livros, entre os quais, "Arquitectura Modernista em Portugal 1890-1940", "Geração Africana", "Sete Anos de Lisboa 1997-2004 Arquitectura, Património, Urbanismo Polémicas" e "Arquitectos Segurados" (Casaca, 2013, p.69).

4. CONTEXTO HISTÓRICO PORTUGUÊS

Ao recuar até à primeira lei geral portuguesa para a preservação dos "vestígios materiais do passado" (Rodrigues, 2011, p. 21), é possível identificar no alvará assinado por D. João V em 1721, o desejo do monarca em contribuir para o impedimento da destruição dos monumentos antigos, uma vez que estes constituíam um testemunho dos séculos passados juntamente com as glórias do reino.

À data, a classificação de *monumentos antigos* estendia-se a edifícios, mármore, medalhas, moedas, estátuas e outros artefactos onde fosse possível verificar, num eixo cronológico, os tempos dominados sucessivamente por "fenícios, gregos, persas, romanos, godos e árabes, até ao reynado do Senhor Rey D. Sebastião" (D. João V *apud* Rodrigues, 2011, p. 21).

Com a memória muito presente do Terramoto de 1755, as Invasões Francesas de 1807 a 1811 e a guerra civil entre liberais e absolutistas de 1832 a 1834, a relação dos portugueses com os vestígios do passado veio fortalecer-se, sobretudo pela antiguidade e memória de um passado comum, no que resultou a classificação de monumento histórico de todo e qualquer resquício material do passado, de onde se reconheciam três categorias correspondentes às tipologias patrimoniais a conservar: históricos, artísticos e nacionais (Rodrigues, 2011, p. 22).

A partir de 1834, influenciado pela primeira geração de liberais, o culto pelo passado, pela história e principalmente pela memória adquire a função cultural de restabelecer o espírito nacional e a regeneração do país. Tal como as crónicas e as tradições, também os monumentos são suporte da identidade de uma nação, como indica a própria designação "monumento nacional", estabelecida a partir da década de 1860.

Na sequência de um texto⁴⁰ publicado em 1837 por Alexandre Herculano em *O Panorama*⁴¹, a defesa dos monumentos torna-se um tema de opinião pública e de debate político. Neste artigo o autor expõe cinco tópicos fundamentais para a consagração de monumento histórico:

⁴⁰ HERCULANO, Alexandre - A arquitectura gothica. Igreja do Carmo em Lisboa, 1837, p.2-4.

⁴¹ Jornal Literário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, Imprensa Nacional.

[...] a valorização da arquitectura da Idade Média contra a hegemonia clássica; o estabelecimento de uma equivalência entre as *virtudes* da arquitectura *gótica* e as *virtudes* da História de Portugal; a inclusão dos monumentos na idiossincrasia da nação; a necessidade da conservação dos edifícios porque as *pedras falam* ou seja, são testemunhos e herança do passado, e a conservação do passado como um dos desejáveis vectores da instrução (Herculano *apud* Rosas, 2011, p. 43)

Herculano alarga assim a definição de monumento histórico através da definição etimológica de monumento - *monere*: lembrar - ao qual atribui a categoria essencial de memória alegando que a capacidade de memorização de um edifício é imensa, ultrapassando muito a do indivíduo.

Devido a esta capacidade de nos transportar para o nosso passado, o autor, juntamente com as principais figuras da literatura romântica nacional, demonstra que é essencial preservar e salvaguardar os monumentos, não os deixando cair em ruína ou em estados de degradação profunda. De acordo com as palavras de Maria João Neto⁴²:

À semelhança de Vitor Hugo, em França, Almeida Garrett e Alexandre Herculano, entre outros, intensificaram a denúncia das atrocidades cometidas e a inoperância do poder político face à degradação crescente do nosso património arquitectónico, numa altura em que o Romantismo requeria a necessidade de o Homem conhecer o passado (2001, p. 85).

Nas suas publicações no jornal *O Panorama*, Alexandre Herculano encarava o problema da degradação exacerbada do património alegando que a sua origem estava baseada na ausência de uma lei que declarasse os monumentos nacionais propriedade pública.

Segundo nos diz Maria João Neto, a maioria das obras realizadas promovia utilizações aos edifícios para as quais a sua construção não estava preparada, uma vez que os critérios de selecção direccionavam-se para a época medieval e o tempo dos descobrimentos, enquanto os valores artísticos eram desvalorizados. "Poucos foram

⁴² **Maria João Baptista Neto** Nasceu em Lisboa a 20 de Setembro de 1963. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1985 e, em 1990 conclui o Mestrado em História da Arte, pela mesma faculdade, com a apresentação de uma dissertação sob o título "O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900". Seis anos mais tarde completa o Doutoramento em História da Arte na Universidade de Lisboa com a tese intitulada "A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)". Tem desenvolvido os seus estudos na área da Arte Contemporânea e da História e Teoria do Restauro, publicando vários artigos em revistas nacionais e estrangeiras. É autora de dois livros sobre a história e teoria do restauro em Portugal nos séculos XIX e XX, como é exemplo "Memória Propaganda e Poder, o Restauro dos Monumentos Nacionais" (1929-1960). Entre 1998 e 2000 integrou a equipa científica responsável pela intervenção no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos. (Casaca, 2013, p.74)

os monumentos que mereceram um restauro resgatador da ruína e orientado segundo um programa estético" (2001, p. 87).



Ilustração 4- Interior da Igreja do Carmo em Lisboa, in O Panorama. (O Panorama, 1837).

Em 1875 é proposta a criação de uma Direcção-Geral de Belas-Artes e Monumentos dentro do Ministério de Obras Públicas com o objectivo de fiscalizar, conservar, reparar e inventariar todos os monumentos históricos nacionais. Esta entidade surge no seguimento de um relatório efectuado pelo Ministro do Reino, publicado no *Diário do Governo*⁴³, onde se propõe, em relação à preservação dos testemunhos do passado:

[...] classificar como monumentos nacionais todos os edifícios, construções, ruínas, objectos artísticos, industriais e arqueológicos que representassem os usos, costumes, progressos, estado industrial, influências sociais e modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portuguesa durante a sua história, mais os que simbolizavam e comemoravam os maiores feitos históricos da nação; bem como todos os vestígios dos povos e civilizações anteriores à fundação da monarquia portuguesa, existentes ou encontrados no solo e no subsolo do reino e seus domínios (*apud* Rodrigues, 2011, p. 19)

Em 1880, a Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses fica responsável pela elaboração de um "relatório e mapa acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionais", a pedido do ministério das Obras Públicas, tendo sido publicado no *Diário do Governo* a 22 de Março do ano seguinte (Raposo, 2011, p. 66).

Este relatório definia como monumentos nacionais edifícios com três principais características: elementos materiais que assinalassem a presença da humanidade, elementos que comemorem os factos assinaláveis da vida dos povos e, por último, elementos que apresentassem informações sobre a história das artes (Raposo, 2011, p. 67). Com base no relatório apresentado, os monumentos são então distribuídos em seis classes, não correspondendo a uma definição hierárquica do valor dos monumentos, mas por uma questão económica onde se propõe soluções diversas para cada tipo de classe.

Os monumentos são então divididos em:

1ª classe - Monumentos históricos e artísticos e também os edifícios que somente se recomendam pela grandeza da sua construção, ou pela sua magnificência, ou por encerrarem primores de arte;

⁴³ Jornal oficial da República Portuguesa. Entre 1869 e 1976 designava-se por Diário do Governo. Actual Diário da República onde são publicadas as leis constitucionais, as convenções internacionais, os decretos-lei, as resoluções da Assembleia da República e todo o conjunto de documentos e soluções políticas relevantes para o País.

2ª classe - Edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal, ou somente históricos, mas não grandiosos, ou simplesmente recomendáveis por qualquer excelência de arte;

3ª classe - Monumentos de arte militar antiga. Castelos e torres;

4ª classe - Monumentos levantados em lugares públicos pela gratidão nacional em honra de homens, que bem mereceram da pátria;

5ª classe - Padrões de muitos diferentes géneros importantes para a história e para as artes;

6ª classe - Monumentos pré-históricos. Dólmenes, menires, mamoaas, etc. (*apud* Raposo, 2011, p. 67)

Com base nesta classificação, a sociedade portuguesa começa realmente a proteger espontaneamente os monumentos nacionais e, finalmente, com a publicação da lei das bases para a classificação dos monumentos⁴⁴, em 1901, verifica-se uma mudança de atitude, conferindo realismo ao demorado processo (Custódio, 2011, p. 68).

No âmbito de uma remodelação do Ministério de obras Públicas, é alterada a designação de Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, instaurada em 1897, para Conselho dos Monumentos Nacionais, em 1901 e deste Conselho, surge a primeira lista dos catorze monumentos classificados oficialmente nacionais, por decreto a 10 de Janeiro de 1907 e, em 1908 o mesmo Conselho, a 9 de Dezembro apresenta uma nova listagem actualizada em *Diário do Governo* com um total de 465 elementos classificados (Rodrigues, 2011, p. 28).

A salvaguarda dos monumentos de um país depende da cultura de restauro dos seus arquitectos e, entre 1875 e 1910, questões como o restauro do Mosteiro dos Jerónimos e as reformas artísticas promoveram um clima de discussão entre o restauro empírico e o restauro moderno de onde se destacaram arquitectos como Miguel Ventura Terra⁴⁵ e Arnaldo Adães Bermudes⁴⁶ (Casaca, 2013, p. 82).

⁴⁴ Decreto que cria as Bases para a Classificação dos imóveis. Pode ler-se no [artigo 1º](#): "*Os imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação represente, pelo seu valor histórico, arqueológico ou artístico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionais.*" (*apud* Coelho, 2002-2003, p.7)

⁴⁵ **Miguel Ventura Terra** Foi um dos arquitectos mais relevantes do início do século XX. Formou-se em Paris, onde foi discípulo de Vitor Laloux e autor de importantes obras como os pavilhões portugueses na Exposição Universal de Paris de 1900, bem como palacetes e prédios lisboetas, sendo um deles para si próprio na Rua Alexandre Herculano com um Prémio Valmor em 1903. São da sua autoria monumentos como a igreja neo-bizantina do Monte de Santa Luzia em Viana do Castelo (1903), ou de excelentes obras como o Liceu Camões (1907) e o Liceu Pedro Nunes (1909), pedagogicamente inovadores. O Palácio das Cortes é considerado a sua obra prima, actual Assembleia da República (100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010, IGESPAR, Lisboa, 2011, p.141).

Tendo sido satisfeitas as disposições do artigo 2.º e seu § 1.º das bases para classificação dos immoveis que devem ser considerados monumentos nacionaes, approvadas por decreto de 30 de dezembro de 1901: hei por bem determinar que o Mosteiro da Batalha, Convento dos Jeronimos, em Belem, Convento de Christo, em Thomar, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Sé Velha de Coimbra, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Evora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basilica do Coração de Jesus, em Lisboa, Torre de S. Vicente, em Belem, Ruinas do Templo Romano, em Evora, e Ruinas da Igreja do Carmo, em Lisboa, sejam considerados monumentos nacionaes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de janeiro de 1907. — REI. — José Malheiro Reyião — Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto.

D. do G. n.º 14, de 17 de janeiro de 1907.

Ilustração 5- Primeira lista de monumentos classificados publicada no Diário do Governo nº14, de 17-01-1907, José Paulo Ruas, IGESPAR (CUSTÓDIO, 2011, p.28).

4.1. ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO

No ano de 1924 o executivo procede a uma reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos através da publicação da Lei nº 1700⁴⁷, contudo a aplicação desta nova

⁴⁶ **Arnaldo Adães Bermudes** Projectista de construções escolares e cultor de um revivalismo neomanuelino, desempenhou uma importante função na área patrimonial. Em 1888 parte para Paris onde frequenta durante cinco anos a École des Beaux Arts e o atelier do architecto Paul Blondel. A sua estadia em Paris terá sido decisiva na estruturação do seu pensamento patrimonial e architectónico. Quando regressa a Portugal, em 1895 integra a Real Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Na Primeira República desempenha importantes cargos públicos e em 1920 é nomeado architecto adjunto do administrador-geral do Edifícios e Monumentos Nacionais. Em 1921 integra a comissão de obras de conservação dos Mosteiros de Alcobaça e da Batalha e das obras necessárias para garantir a estabilidade das abóbadas da igreja de Santa Maria de Belém. O golpe militar de 1926 afasta-o dos caminhos do património no início dos anos 30, quando se dedica em exclusivo ao ensino na Escola de Belas Artes de Lisboa. Em 1929 é nomeado Director do Serviço de Monumentos Nacionais na DGEMN (100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010, IGESPAR, Lisboa, 2011, p.143).

⁴⁷ Lei nº 1700 - Publicada a 8 de Dezembro de 1924. Para além de legislar sobre o Conselho Superior de Belas Artes e os Conselhos de Belas Artes e Arqueologia, de manter e ordenar o arrolamento das obras de arte e peças arqueológicas e de se preocupar com os monumentos e palácios nacionais, dedicava também a sua atenção aos museus. O Decreto-Lei nº 11445 regulamenta a lei a 13 de Fevereiro de 1926. (Casaca, 2013, p.84)

lei não foi imediata devido a conflitos burocráticos entre os ministérios da Instrução e das Obras Públicas (Casaca, 2013, p. 84).

Em Fevereiro de 1926, a lei é regulamentada, pouco antes de eclodir o movimento revolucionário em Braga e que ditou, em Portugal o início de um novo regime político, o Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar.

O governo de Salazar procurava enaltecer os triunfos e glórias do país através dos monumentos comprovativos de factos e figuras históricas. Estes monumentos viriam a ser os *Monumentos do Salazarismo*, como afirma Luís Correia⁴⁸:

Em redor deste ambiente saudosista, compilou-se uma receita única de intervenção nos ditos monumentos. Esta imposição deveria, em termos formais, repor os imóveis ao seu estado primitivo, eliminando, para tal, todos os elementos que não legitimassem a prévia definição da natureza de intervenção (*apud* Casaca, 2013, p. 97)

Em 1929 é criada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁴⁹ que viria a ser o organismo público responsável pela preservação do património nacional durante o Estado Novo (Tomé, 2011, p. 168).

Segundo Miguel Tomé, o olhar proposto pela DGEMN perante os monumentos não era antropológico, não procurava preservar os valores do passado nem alimentar uma memória, mas sim cultivar uma obsessão museológica com o objectivo de "constituir reservas de segurança e de permanência num mundo em mudança", com o objectivo último de recriar um monumento exemplar segundo as teorias e práticas do restauro estilístico defendidas por Viollet-Le-Duc em França (2011, p. 168).

O território nacional foi marcado, desde a década de 20 por inúmeros restauros realizados em monumentos que, de acordo com Miguel Tomé são:

Edifícios renascidos dos escombros, [...] vitoriosos contra a incúria e a degradação a que a monarquia liberal e a república os tinham votado, afirmavam a restauração nacional que combatia a degenerescência dos valores e a perda de memória (2011, p. 167).

⁴⁸ CORREIA, Luís Miguel - "Sobre a Intervenção no Património em Portugal: Uma Questão de Identidade", I Bienal de la Restauracion Monumental, 23-26.11.2000 - L'Hospitalet de Llobregat, Barcelona.

⁴⁹ Organismo público criado pelo Ministério do Comércio e Comunicações, através do Decreto-Lei nº16.791 de 30 de Abril de 1929, responsável pela salvaguarda do património construído durante o período do estado novo e as primeiras décadas que se seguiram ao 25 de Abril de 1974. (Casaca, 2013, p.74)

Na década de 40, começa a surgir uma nova ética de restauro, "baseada no respeito e valorização do factor documental do monumento e da sua dimensão simbólica, inscrita no tecido social e num referencial cultural", como nos diz Catarina Casaca (2013, p. 99). A reutilização dos monumentos foi um outro aspecto marcante desta época, contudo, foram realizadas alterações espaciais e construtivas que se revelaram muitas vezes destruídas.

O governo de Salazar e os arquitectos dos Monumentos Nacionais não conseguiram concretizar um dos critérios mais importantes da Carta de Atenas que visava a clara distinção entre o antigo e o novo, abrindo a possibilidade a novas linguagens.

Pouco depois do 25 de Abril de 1974, a orientação nacionalista de restauro do património, até aí presente em todo o país inverte-se, dando lugar, na década de 80, às concepções europeias de salvaguarda do património.

Surge então, a Lei do Património Cultural⁵⁰, Lei nº 13 de 6 de Julho de 1985, que veio permitir o alargamento do âmbito do património cultural, tendo sido determinante para a legislação nacional. Através da criação do Instituto Português do Património Arquitectónico⁵¹, IPPAR e do Instituto Português de Arqueologia, IPA, nos anos 90, foi possível consolidar a aplicação desta lei, sistematizando uma metodologia de estudo histórico e arquitectónico, aliada à aplicação de rigorosas medidas de recuperação, com clara expansão ao longo do século XX e XXI (Casaca, 2013, p. 103).

No ano de 2001, a Lei nº 13 de 1985 é renovada pela lei que "estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património cultural", Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, ainda hoje em vigor e que, a par com outras leis e cartas realizadas em convenções para a preservação do património⁵², fornece os conceitos legais para uma boa e adequada intervenção no património (Coelho, 2002-2003, p. 30).

⁵⁰ Lei nº 13 de 6 de Julho de 1985, artigo 2º - 1. É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural; 2. Constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português.

⁵¹ O Instituto Português do Património Arquitectónico foi criado por Decreto-Lei nº106/F de 1 de Junho de 1992, tendo a sua lei orgânica sido promulgada por Decreto-Lei nº120 de 6 de Maio de 1997. O Instituto Português de Arqueologia viu aprovada a sua Lei Orgânica pelo Decreto-Lei nº 117 de 14 de Maio do mesmo ano.

⁵² Consultar apêndice referente às legislações em vigor, contudo para uma análise mais profunda consultar é possível consultar a lista de Cartas e Convenções a respeito da preservação do património in Património Cultural [em linha], <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/> [consultado em 21-09-2016].

A evolução do conceito de património implica uma alterabilidade constante no seu próprio universo, o que levou, em 2007 à criação do IGESPAR, que resulta da fusão entre o IPPAR e o IPA e consequente extinção da DGEMN.

O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IGESPAR, actualmente intitulado Direcção Geral do Património Cultural, DGPC, constitui o organismo público responsável pela defesa do património material e imaterial em todo o território português até aos dias de hoje, seguindo as políticas e normas europeias estabelecidas.

Uma acção marcante na defesa do património em Portugal teve lugar em Faro⁵³, a 27 de Outubro de 2005, onde se realizou a Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o valor do património. Hoje em dia as sociedades estão cada vez mais despertas para a importância do património, como nos diz Guilherme d'Oliveira Martins, "o património é um conjunto de valores herdados do passado, que não se resume a uma visão retrospectiva do mundo, mas sim de um reflexo e uma expressão dos valores, crenças, saberes e tradições" (Martins, 2011, p. 337).

Estamos perante uma sociedade aberta, com um pensamento aberto para o mundo. Não se trata de uma sociedade fechada em si mesma, mas de um conjunto de comunidades patrimoniais vivas que, através da criação, tem "a capacidade de ligar o passado e a espera do futuro" (Martins, 2011, p. 337).

A Convenção de Faro estabelece-se no fundamento de que preservar o património cultural e usá-lo de modo sustentável está ligado ao desenvolvimento humano e à qualidade de vida e, segundo Guilherme d'Oliveira Martins, "cada pessoa tem o direito de beneficiar do património cultural e de contribuir para o seu enriquecimento" (2011, p. 338).

A nova Convenção está inserida na linha das Convenções em vigor - de Granada (1895), sobre o Património Arquitectónico; de la Valetta (1992), sobre o património Arqueológico e de Florença (2000), sobre a paisagem.

⁵³ Consultar anexo em DVD referente às Cartas e Convenções Internacionais e Nacionais para a preservação do património.

Como nos diz o autor, "trata-se de passar da perspectiva de *como preservar o Património, segundo que procedimentos?* à questão do *porquê e para quem lhe dar valor?*" (Martins, 2009, p. 8).

4.2. PROCESSOS DE INTERVENÇÃO

O respeito pelas normas e directrizes internacionais deve ser uma característica fundamental das intervenções em edifícios classificados.

Para a preservação de um edifício e do seu carácter histórico é vital respeitar os materiais e o tipo de construção existentes, bem como manter assegurada a integridade do mesmo, evitando enganar a historicidade dos elementos (Coelho, 2002-2003, p. 39).

Numa fase inicial, será necessária uma avaliação onde se identifique e registe os materiais e técnicas construtivas para uma melhor definição histórica e, conseqüentemente, um estudo do impacto que uma intervenção contemporânea teria no edifício, para adequação às necessidades actuais.

Bernard Fielden⁵⁴ divide as intervenções no edificado em sete graus (considera o processo de anastilose um subgrupo do restauro), defendendo que "a conservação abrange intervenções em várias escalas e níveis de intensidade" (*apud* Coelho, 2002-2003, p. 40). Os sete graus⁵⁵ são discriminados por prevenção de deterioração, ou conservação indirecta; preservação; consolidação, ou conservação directa; restauro; restauro por anastilose; reabilitação; reprodução e reconstrução.

⁵⁴ **Bernard Feilden** (1919-2008) Considerado a maior autoridade do mundo sobre a conservação dos edifícios. Feilden esteve envolvido, enquanto arquitecto de conservação e consultor, nos edifícios mais emblemáticos do mundo como a mesquita Al-Aqsa em Jerusalém, o Taj Mahal, o Templo do Sol em Konarak, a cidade proibida e a Grande Muralha da China. "Conservação de Edifícios Históricos" (publicado pela primeira vez em 1982) continua a ser o volume mais importante sobre o assunto. Foi professor no Curso de Conservação Arquitectónica do Centro Internacional da Unesco para o Estudo da preservação e Restauro de Bens culturais (ICCROM), de 1972 a 1994. Foi também director do ICCROM de 1977 a 1981. Escreveu para a Unesco "Introdução à Conservação", em 1980, "Um Manual para a Gestão da Humanidade", em 1983, seguido por "Entre dois Terramotos", um conjunto de directrizes para a mitigação de terramotos, publicado em 1987 e, finalmente as "Directrizes para a Conservação na Índia", em 1989. Em 1986 recebeu o prémio Aga Khan Award for Architecture, pelo seu trabalho na cúpula da Mesquita Al-Aqsa em Jerusalém e em 1985 é considerado *Sir* pela Coroa Britânica. Morre a 14 de Novembro, com 89 anos. *in* The Telegraph [em linha], 2009 <http://www.telegraph.co.uk/news/obituaries/3469706/Sir-Bernard-Feilden.html> [consultado em 21-09-2016].

⁵⁵ Consultar apêndice.

Qualquer intervenção realizada num edifício de carácter histórico não pode nunca dispensar de um inventário, sendo um elemento fundamental para a classificação e intervenção neste tipo de edifícios, bem como das inspecções iniciais de estudo do estado do edificado e das causas das anomalias existentes (Coelho, 2002-2003, p. 41).

Portugal é um país rico na sua história e no seu património arquitectónico e cultural e, a geração de arquitectos, como Fernando Távora, Raul Lino, Álvaro Siza Vieira, Eduardo Souto Moura, Carrilho da Graça, entre outros veio marcar a arquitectura e a recuperação do património, apoiada num pensamento inovador em relação à salvaguarda e defesa do património que em muito se aproxima das ideologias e técnicas praticadas em toda a Europa.

Com uma maior consciencialização da importância do Património, a sua salvaguarda hoje, baseia-se em "conceitos ligados a uma nova noção historicista" (Coelho, 2002-2003, p. 41), noção essa que, tal como Riegl defendeu, considera a análise de valores para distinguir o monumento do monumento histórico.

Dividindo os critérios por valores, podemos então salientar aspectos modernos da conservação e da herança construída como *valor universal*, que sofreu diversas alterações ao longo do tempo passando de divino ou modelo a copiar, para "uma soma de particularidades comuns em tudo o que é autêntico e individual de cada cultura", segundo Nietzsche, Heidegger e Brandi; *autenticidade*, apoiado pelo Documento de Nara (Japão, 1994), torna-se um valor fundamental a ter em consideração e finalmente, o *valor de integridade*, apoiado também na Carta de Veneza (Coelho, 2002-2003, pp. 41-42).

Estamos presente um conceito de salvaguarda do património participativo e inclusivo, o que constitui, actualmente, um dos princípios base mais importantes para a preservação do património.

O processo de intervenção num edifício protegido rege-se sempre pelas cartas e recomendações internacionais e a legislação nacional, tendo como princípio o respeito pelos pormenores do edificado, pela compreensão do lugar, pela integração na envolvente e tendo o contexto actual como elemento enriquecedor do objecto (Coelho, 2002-2003, p. 45).

Para que se possa concretizar o processo de intervenção é, novamente obrigatória a referência à Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro pois, é aquela que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Centrados nesta lei, os projectos apresentados deverão ser sempre acompanhados de uma profunda análise e levantamento rigoroso do existente, apresentados de uma forma clara e simples, tendo em conta elementos genéricos, como extractos dos planos em vigor, a identificação do arquitecto autor do projecto e a identificação da fase de projecto⁵⁶ (Coelho, 2002-2003, p. 44).

Deverão constar nos documentos entregues referentes ao projecto a memória descritiva, que deverá conter informação sobre a situação existente e a obra a ser construída, onde se inclui uma análise histórica, arquitectónica e de inserção urbanística, bem como a descrição da obra projectada. Elementos fotográficos e gráficos são, igualmente peças obrigatórias, contendo os levantamentos rigorosos do pré-existente; a planta de localização actualizada à escala 1:1000 ou 1:2000; a planta de conjunto ou implantação à escala 1:200 ou 1:500, sempre que se justifique; perfis esquemáticos para análise de integração volumétrica, à escala 1:200 ou 1:500; plantas cotadas de todos os pisos, incluindo coberturas; alçados; cortes transversais e longitudinais igualmente cotados; a pormenorização construtiva e os mapas de acabamentos e finalmente, a representação da proposta⁵⁷ (Coelho, 2002-2003, p. 45).

Descritos os elementos que obrigatoriamente devem constar de um projecto de intervenção num edifício classificado, podemos resumir alguns dos pressupostos orientativos como a realização de um exaustivo inventário do edifício e das suas particularidades; a limpeza e manutenção sistemática da construção; a reparação de elementos deteriorados pelo tempo, juntamente com as substituições necessárias, acompanhadas pelo método de intervenção previamente definido e com materiais iguais aos originais ou o mais semelhante possível; o desenho das partes históricas desaparecidas que se queira redesenhar, onde seja nitidamente diferenciado o antigo do novo e finalmente, as adições ou alterações que forem necessárias, igualmente diferenciadas da pré-existência para que seja possível a identificação da passagem do tempo pelo edifício, sendo um edifício do presente com os olhos no futuro mas mantendo o respeito e a memória pelo passado (Coelho, 2002-2003, p. 46).

⁵⁶ Estudo prévio, ante-projecto, projecto base e projecto de execução.

⁵⁷ *in* "Critérios para classificação de bens imóveis", Colecção informar para proteger, IPPAR (*apud* Coelho, 2002-2003, p.45).

A relação entre o novo e o antigo, entre a pós-existência e a pré-existência pode estabelecer-se de três diferentes formas, sem que nenhuma procure imitar e assim desrespeitar a história e a vida do edifício, mas sim co-habitar com ele de uma forma harmoniosa e equilibrada.

Podemos traduzir as intervenções por *inclusão*, onde um elemento absorve o outro; *intersecção*, onde o novo altera os limites do antigo e a *exclusão*, onde os dois elementos são completamente autónomos, contudo deverá existir uma ligação física entre eles em todos os modos de intervir.

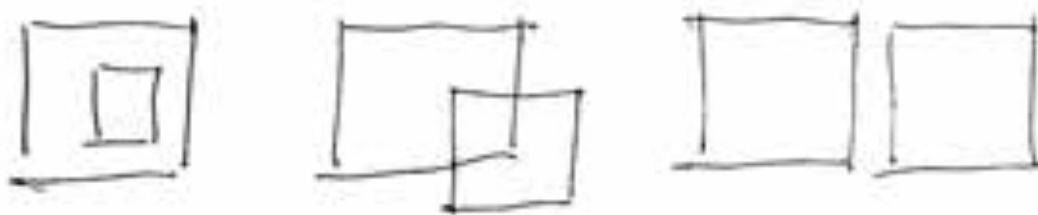


Ilustração 6- Esquema de Inclusão, Intersecção e Exclusão (ilustração nossa, 2016).

No caso das intervenções por exclusão é conveniente, como referimos acima, uma ligação entre os dois elementos que se poderá traduzir numa relação de tensão mais marcada entre o existente e o novo, através de intervenções por justaposição ou adjacência, que procuram uma similaridade métrica, geométrica e proporcional para criar um todo. No caso das intervenções por justaposição existe um contacto parcial entre os dois elementos, no caso da adjacência, apenas uma proximidade física muito forte que exerce uma tensão em conjunto (Coelho, 2002-2003, p. 47).



Ilustração 7- Exemplo de justaposição e dois exemplos de adjacência (ilustração nossa, 2016).

Nos casos em que os dois edifícios estão completamente independentes um do outro, será necessário recorrer a um elemento físico de ligação entre eles, contudo este

elemento terá de ter um carácter mais discreto que os elementos principais ou recorrer a uma ligação modo *mastique*, que preencha o espaço de separação entre eles, a que se denomina por *poché* (Coelho, 2002-2003, p. 47).



Ilustração 8- Exemplo de ligação simples e de ligação modo mastique, poché (ilustração nossa, 2016).

Quando falamos de intervenções a nível da cidade, o arquitecto deverá ter em conta determinados modelos que permitam reconhecer e precisar os limites de influência. Para que o projecto garanta um compromisso com o meio urbano, terá de aceitar que cada edifício é mais do que o volume que o encerra e, desenvolver um plano que se centre no reconhecimento das relações formais.

No que diz respeito a propostas à escala da cidade seria sensato falar de padrões de intervenção ou de actuação, não para definir uma silhueta, mas para propor uma técnica de ordenamento relativa a várias intervenções que se poderão realizar no futuro.

O primeiro padrão diz respeito à conformação do tecido urbano, isto é, devemos ter em conta que o tecido urbano é um conjunto de "vazios organizados entre volumes", como nos diz Coelho (2002-2003, p. 51) e que as operações não farão mais que reorganizar estes sistemas.

Fechar, delimitar e ocupar determinados vazios com volumes que adoptem uma metodologia coerente com o espaço existente, através de uma acção positiva a favor da caracterização volumétrica; e a continuidade de imagem são dois padrões a considerar.

Através de uma adequada análise e estudo do lugar, a recriação de formas tipológicas deverá ser seguida de uma reinterpretação adequada, bem como a ligação entre estruturas formais, constituem o quarto e quinto padrão a seguir, onde a clara

distinção entre o antigo e o novo é marcada pela proximidade entre os elementos, acentuando a tensão física e simbólica entre eles. A Casa do Fascio, do arquitecto Giuseppe Terragni, em Itália, é uma forte manifestação deste padrão de actuação (Coelho, 2002-2003, pp. 52-53).

No que toca a intervenções a nível da cidade podemos falar de inúmeros tipos de atitude frente a um determinado contexto. Não existe uma regra de actuação, mas sim comportamentos padrão adoptados por diversos arquitectos consoante a sua cultura social e económica. Contudo, podemos distinguir atitudes projectuais de intervenção:

Arquitectura de contraste, traduzida por intervenções que fogem à continuidade onde se distingue claramente o antigo do novo, particularmente presente no Movimento Moderno; a arquitectura folclórica que pretende reproduzir um certo regionalismo realmente inexistente; a arquitectura historicista, através de uma consciência renovada de continuidade com bases conceptuais definidas pelas noções de reprodução / *mimesis* e reinterpretação / analogia; a arquitectura descontextualizada, que se traduz numa intervenção despreocupada e com carências de significados contextuais, assinalada principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial; a arquitectura do fragmento, como o nome indica, baseada no fragmento e não no todo, bastante frequente nos dias de hoje mas que estimulam novas relações debilmente estruturadas; a arquitectura de base tipológica que nos faz reconhecer a existência de uma arquitectura, nas palavras de Coelho, "capaz de aludir a estruturas consolidadas em experiências existentes, sem que sejam um mimetismo figurativo" e finalmente, a arquitectura contextual que estabelece uma simbiose com o contexto e a envolvente, sem recorrer a analogias directas ou *mimesis* superficiais, prolongando-o e revalorizando-o (Coelho, 2002-2003, pp. 54-55).

A arquitectura contextual esforça-se por estabelecer um equilíbrio entre a pré-existência e o novo. Ambientalmente integrada e pertencente ao seu momento histórico, não procura reproduzir outro tempo e está sempre apoiada numa reflexão intelectual das leis de formação da cidade. Esta arquitectura é uma arquitectura "aberta ao mundo, consciente da sua memória e das suas raízes, baseada na procura de valores comuns", de acordo com Guilherme d'Oliveira Martins (2009, p. 14).

Falamos de uma arquitectura disponível para dar e receber, uma arquitectura que comunica com o passado e potencia um futuro e por isso, o modo de intervir que melhor articula os valores culturais e patrimoniais com as necessidades actuais.

4.3. PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Os critérios de autenticidade, qualidade e originalidade são fundamentais para a decisão de classificar bens imóveis, bem como o facto desses imóveis constituírem um testemunho de natureza histórica, arquitectónica, artística, científica e social para a sociedade.

De acordo com a Lei do Património Cultural, o processo de classificação de um imóvel⁵⁸ "pode ser desencadeado pelo Estado, regiões autónomas, pelas autarquias locais ou por qualquer pessoa singular ou colectiva".

A fim de obter a classificação de um imóvel será necessário, em primeiro lugar identificar o imóvel em questão, apresentando a sua designação própria e a localização administrativa, isto é, deve contemplar o distrito, concelho, freguesia, rua e número de polícia. A identificação do imóvel deve acompanhar sempre, a identificação do proponente, seja ele pessoa singular ou colectiva e a identificação do proprietário do imóvel a classificar (Coelho, 2002-2003, p. 56).

Será fundamental para a classificação que o processo contemple um conjunto de dados histórico-arquitectónicos que possibilitem o entendimento dos elementos do imóvel como, a época de construção, o autor e/ou construtor, características estilísticas e os eventuais restauros e reconstruções sofridas ao longo da vida do edifício.

A identificação da tipologia é igualmente essencial para a classificação, uma vez que pode ser um edifício civil, religioso, militar, industrial, rural, entre outros. Deverá ser também acompanhada da descrição arquitectónica, a descrição das partes integrantes e diferentes características dos materiais aplicados, bem como um inventário dos elementos decorativos e inseparáveis do edifício como tapeçarias, frescos, azulejos ou cantarias (Coelho, 2002-2003, p. 57).

É fundamental identificar se a função actual do imóvel é adequada à utilização original e se respeita a estrutura do edifício, referenciando também se existe ou não infra-estruturas como rede eléctrica, água canalizada e gás.

⁵⁸ Enuncia-se neste capítulo, num modo geral, como funciona o processo de classificação de um imóvel, contudo a informação encontra-se mais detalhada em anexo, num documento da Direcção-Geral do Património Cultural.

O processo deve também obter informações sobre o estado global de conservação do imóvel, especificando as partes que necessitem de alguma intervenção mais urgente. Os elementos estruturais devem ser avaliados numa escala de classificação entre: bom, razoável, mau ou ruína (Coelho, 2002-2003, p. 58).

A documentação gráfica a ser apresentada inclui levantamento fotográfico com imagens do conjunto, da envolvente e detalhes característicos com pormenores relevantes; o levantamento arquitectónico (caso exista) contendo plantas, cortes e alçados do edifício, planta de localização à escala 1:2000 e os dados cadastrais.

Para conclusão do processo, é desejável a apresentação de uma bibliografia que ajude no conhecimento da história do edifício e da região onde se insere.

5. O CASO DO CHIADO



Ilustração 9- Vista aérea sobre o Chiado. ([Adaptado a partir de:], GOOGLE INC, 2016).

Neste capítulo e no que se segue pretende-se contar a história da zona do Chiado e consecutivamente estudar o plano de reabilitação para essa zona. Realizado pelo arquitecto Álvaro Siza, trata-se de uma intervenção em património, onde se respeita, não só as directivas internacionais, faladas acima mas também, por representar um exemplo no que toca à reabilitação sendo uma referência de intervenção de arquitectura contextual, já referida anteriormente. Esta operação é considerada um modo adequado de intervir no património por não se tratar de reabilitar somente edifícios qualificados mas também, trabalhar e qualificar as zonas que os circundam, atribuindo-lhes um novo valor e construindo assim uma memória futura, como nos diz António Costa sobre o assunto, na introdução ao livro "Chiado em Detalhe".

Podemos considerar que falar do plano equivale a falar da cidade e do que o Chiado representa. A partir da altura em que o Chiado surge até à sua destruição em 1755, com o terramoto e conseqüente reconstrução, juntamente com o trágico incêndio que deflagrou em 1988 e que levou, uma vez mais, à sua destruição, todavia parcial, pretende-se, ilustrar a história de um dos lugares mais emblemáticos da cidade de Lisboa, de forma a esclarecer a sua importância e a enorme relevância do seu plano de reconstrução.

5.1. LISBOA E O CHIADO

Ao longo da margem norte do rio Tejo surge a cidade de Lisboa.



Ilustração 10- Vista sobre Lisboa (ilustração nossa, 2015).

Sendo uma cidade construída de colinas e virada ao rio, Lisboa debruça-se sobre si mesma, distribuída em socalcos nas encostas que a abraçam. A cidade é um autêntico anfiteatro e o palco, o rio.

Incorporado na Baixa Pombalina, o Chiado, ou o Bairro da Pedreira, situa-se na colina oeste, que se eleva sobre a cidade. Está entre o Largo das Duas Igrejas e a Rua Garrett e distribui-se pela Rua do Carmo e Rua Nova do Almada até à Boa-Hora, absorvendo todos os arruamentos que a ela vão dar (Nascimento, 2013, p. 25).

O Chiado faz a ligação entre a Baixa e o Bairro Alto, funciona como uma charneira e o que resulta deste espaço é a mudança topográfica que a malha da Baixa Pombalina encontra quando chega à colina. Uma relação natural entre a parte de baixo e a parte alta desta zona da cidade, que mesmo sendo bairros distintos, funcionam como um todo.



Ilustração 11- Esquina onde nasceu o topónimo Chiado, 1908, ([Adaptado a partir de:] Dias, 2009, p. 119).

De acordo com Alberto Pimentel⁵⁹ e Matos Sequeira⁶⁰, surge o nome Chiado como alcunha de Gaspar Dias, dono de uma taberna naquela zona. Este nome foi atribuído ao pequeno troço compreendido entre a Rua Direita das Portas de Santa Catarina, actual Rua Garrett, até à Cordoaria Velha, junto à muralha Fernandina, no século XVI (Nascimento, 2013, p. 26).

No início do século XVIII o nome Chiado já se referia a toda a Rua Direita das Portas de Santa Catarina, sendo apenas em 1859, reconhecido pelo Município, no Edital de 1

⁵⁹ **Alberto Pimentel** (1849-1925) Foi um escritor e jornalista português, nascido no Porto. Dá início à sua carreira jornalística como tradutor e revisor no Jornal do Porto. Publicou dezenas de romances, biografias, poesia, contos, teatro e folhetins. Em 1901 escreve a biografia de António Ribeiro, "O Poeta do Chiado". Faleceu em Queluz, em 1925 (*apud* Nascimento, 2013, p.26).

⁶⁰ **Gustavo Matos Sequeira** (1880-1962) Foi um jornalista, escritor, poeta, dramaturgo e político lisboeta. Em 1915 assume o cargo de comissário interino do governo e, mais tarde é promovido a comissário efectivo. Foi autor de várias investigações acerca da história do teatro, tendo publicado livros sobre o tema. No mesmo ano torna-se chefe do gabinete do Ministro das Finanças. Em 1931 é preso por ser acusado de participar nas preparações de uma revolução (*apud* Nascimento, 2013, p.26).

de Setembro. Embora tenha sido reconhecido o nome, em Junho de 1880, o Edital baptiza a artéria de Rua Garrett, em homenagem ao poeta.

Segundo Irisalva Moita⁶¹, no século XIII, uma pequena ermida a norte da Rua Direita, a Ermida de Santa Catarina, é doada aos frades da Ordem da Santíssima Trindade da Revolução dos Cativos, sob influência de D. Soeiro Viegas⁶². Esta pequena ermida dá origem ao Convento da Trindade, que acaba por cair no abandono com a extinção das ordens religiosas, em 1834. No mesmo local, temos hoje referências como o Teatro da Trindade, a Cervejaria da Trindade e a Rua da Trindade.

Desde antes de 1279, existia a Casa do Santo Espírito da Pedreira onde funcionava um hospital. Mais tarde a Casa é transformada no Convento do Espírito Santo da Pedreira, que fazia de barreira à Rua Direita, cortando a ligação directa entre o Chiado e a Baixa. Com a extinção das ordens, o convento passa a designar-se Palácio dos Barcelinhos (Nascimento, 2013, p. 28).

Hoje, todos o conhecemos como Armazéns do Chiado.

Ainda no núcleo religioso da Pedreira, surge no início do século XV, o Convento de Nossa Senhora do Carmo, construído por ordem de D. Nuno Álvares Pereira⁶³, que pretendia honrar as conquistas frente aos castelhanos. (Nascimento, 2013, p. 29).

Como nos diz Moita, tratando-se de um núcleo religioso e nobre da cidade, surge a necessidade de ligação entre a zona baixa e alta da cidade, de onde se começam a estruturar quatro vias principais de acesso à Pedreira.

Uma entrada a norte seria a partir da Rua de Paio de Novais, que na sua parte final coincide com a actual Rua do Carmo. Do sul, a entrada na Pedreira dava-se a partir do antigo Canal de Flandres, onde se construiu o Convento Nossa Senhora da Boa-Hora

⁶¹ **Irisalva Moita** (1924-2009) Foi uma investigadora lisboeta. Publicou diversos artigos, catálogos, exposições e relatórios de campanhas arqueológicas, grande parte sobre a cidade de Lisboa. Dirigiu as escavações pioneiras do Teatro Romano em Lisboa, do hospital de Todos-os-Santos e da Casa dos Bicos (*apud* Nascimento, 2013, p.28).

⁶² **D. Soeiro Viegas** (1232) Foi o quarto Bispo de Lisboa pós restauração da diocese em 1147. Com uma enorme ascensão na carreira episcopal, tornou-se conselheiro principal do rei D. Afonso II, tendo sido imprescindível ao rei nos seus conflitos com as irmãs (*apud* Nascimento, 2013, p.28).

⁶³ **D. Nuno Álvares Pereira** (1360-1431) Desempenhou um papel fundamental na independência de Portugal contra Castela. Guerreiro, foi também o 2º Condestável de Portugal, 38º Conde de Barcelos, 3º Conde de Orém e 2º Conde de Arraiolos. Em "Os Lusíadas", Luís de Camões faz várias referências ao Condestável, gabando-o do serviço prestado a Portugal. Torna-se Carmelita após a morte da sua mulher e em 1423 entra na ordem, no Convento do Carmo, onde permanece até à sua morte (*apud* Nascimento, 2013, p.29).

até às Casas Espírito Santo, já faladas acima, actuais Armazéns do Chiado. Este percurso é hoje a Rua Nova do Almada, mandada construir por Rui Fernandes Almada⁶⁴, que acabou por lhe dar o nome, no século XVII.

As várias ruas perpendiculares que arrancavam da Rua Direita faziam já, a ligação a norte entre os Conventos do Carmo e da Trindade, e a sul, com a Igreja Nossa Senhora dos Mártires e o Convento de São Francisco (Nascimento, 2013, p. 31).

A importância destas ruas é de tal maneira marcada que, aquando da reconstrução, os arquitectos limitaram-se a regularizá-las e adaptá-las às necessidades funcionais.

Devido à localização central da Pedreira e à proximidade dos conventos e espaços religiosos, o Chiado passa a ser altamente procurado pela alta nobreza, tornando-se num bairro privilegiado de Lisboa. Era também uma zona habitacional, sendo um ponto obrigatório de passagem com comércio fixo e ambulante. De acordo com Moita:

O Bairro da Pedreira/Chiado era, pois, já antes do Terramoto de 1755, portador de potencialidades que [...] irão desenvolver-se a partir de finais do século XVIII, explodindo no século XIX no mítico Chiado oitocentista, centro de janotas e de boémia intelectual, de lazer e de requinte (1988, p. 17).

Não apenas pela localização privilegiada onde se encontra, mas também por transportar o quotidiano sociocultural caracterizador da cidade, o Chiado tornar-se-ia um local lendário, para os habitantes da cidade e para todos os que por lá passam.

É um ponto inevitável de passagem e permanência.

Contudo, e apesar de estar rodeado dos pontos mais importantes da cidade, como os palácios da mais alta nobreza, as igrejas e os conventos, o Chiado e toda a cidade de Lisboa apresentavam graves deficiências a nível de salubridade, segurança e higiene e, no dia 1 de Novembro de 1755, no Dia de Todos-os-Santos, pela manhã, Lisboa sofre um dos maiores abalos da História, ao qual o Chiado e toda a zona da Baixa não resistiram.

⁶⁴ **Rui Fernandes Almada** Fidalgo do século XVII e Provedor da Casa da Índia. Exerce, em 1665 o cargo de Presidente do Senado de Lisboa e manda abrir uma rua perpendicular à Rua Garrett, que acabaria por herdar o ser nome, Rua Nova do Almada (*apud* Nascimento, 2013, p.31).



Ilustração 12- Vista sobre a Baixa Pombalina (ilustração nossa, 2015)

A reconstrução de Lisboa mostrou ser um processo demasiado lento devido a inúmeras razões e, por isso as zonas mais nobres da cidade continuavam devolutas. Entre a destruição do Chiado e a sua reconstrução existe um vazio. O lugar, embora estando lá, deixou de existir.

Somente no final do século XIX, após a sua reconstrução estar concluída e as ordens religiosas extintas, o Chiado volta a ser um centro de intelectualidade e modernidade em Lisboa, pontuado por intelectuais, escritores, artistas e a alta burguesia.

Escritores como Eça de Queirós e Fernando Pessoa mencionam, ao longo da sua obra, a importância do Chiado. Ao andar pelas ruas da cidade torna-se inevitável não pensar no Ramalhete e na Rua de São Francisco, actual Rua Ivens; ou nos encontros românticos entre Pessoa e a sua Ofélia tão intensamente descritos nas cartas trocadas entre ambos (Schwanke, 2015).

Ao passear pelo Chiado podemos descobrir um mundo de memórias antigas, "da Lisboa oitocentista, ora vanguardista, ora conservadora à Lisboa de Os Maias e O Primo Basílio", como nos diz Daniela Schwanke, através de referências como o Grémio Literário, situado no número 37 da Rua Ivens, fundado em 1846; o café A Brasileira e a Casa Havaneza, localizadas na Rua Garrett e a livraria Bertrand, fundada em 1732.

Todo o Chiado era marcado pelo ambiente cultural e cosmopolita, através das tertúlias nos cafés, os debates políticos e literários, bem como as intrigas sociais e artísticas que se viviam no início do século XX.

O Chiado tornou-se um local privilegiado na cidade pela ambiência única que comporta, tão presente na nossa literatura e na nossa história. Foi no Chiado que personalidades como Fernando Pessoa, José de Almada Negreiros e Mário Sá-Carneiro fundaram a revista Orpheu, que chegava às bancas a 25 de Março de 1915, envolta em polémica e acompanhada de leituras de trechos de "Ode Triunfal", junto à Brasileira (Torrão, 2015).

A par com a revista Orpheu, também a revista Seara Nova, fundada por iniciativa de Raúl Proença em 1921 reunia um grupo de intelectuais que pretendia quebrar o isolamento da elite intelectual, aproximando-se da realidade social assumindo-se

como um movimento, de onde se destacaram personalidades como Raúl Brandão, Aquilino Ribeiro e Jaime Cortesão. De acordo com Luís da Câmara Reis:

Nasceu de uma reunião na Biblioteca Nacional, no Gabinete do Director, onde me encontrei a convite de Raúl Brandão, Raúl Proença, Aquilino Ribeiro, Ferreira Macedo e Jaime Cortesão. Foi cerca do ano de 1920. Apareci ali sem saber quel era o fim da reunião. Pouco depois conhecia-o: era o de elaborar um programa de acção política e social, um programa mínimo de realizações nacionais, em que pudessem colaborar todos os elementos sinceros e são da sociedade (...) Um dia, os elementos afins reuniram novamente e decidiram fundar uma revista de doutrina e crítica (Reys *apud* Coutinho, 2008) ⁶⁵.

A loja Paris em Lisboa tornou-se num ponto igualmente marcante para esta zona da cidade. Tendo sido aberta em 1888, é até hoje uma loja de referência na cidade. Os tecidos, as lãs e as sedas vinham directamente de Paris, o que veio atrair a elite lisboeta, bem como a Benard com os seus croissants e pastelaria francesa (CML, 2016).

Contudo, por volta dos anos oitenta, devido ao aparecimento das grandes superfícies e consequente queda do comércio local o Chiado volta a cair no esquecimento e é novamente marcado pela tragédia em 1988, quando deflagra o grande incêndio que destrói dezoito edifícios, entre eles, os Armazéns e o edifício Grandella.

⁶⁵ Reproduzido de "As Causas de Júlia", blogspot de Júlia Coutinho, do dia 27 de Julho de 2008. *in* Seara Nova [em linha], 2008 <http://www.searanova.publ.pt/pt/static/menu/97/História.htm> [consultado em 1-12-2016].



Ilustração 13- Incêndio do Chiado, CML-Departamento de Marca e Comunicação, 25 de Agosto de 1988 (Vieira, 2013, p. 1).

6. ESTRATÉGIA PARA A RECONSTRUÇÃO DO CHIADO

Passado o incêndio e contabilizadas as perdas, foi necessário tomar medidas rápidas para a resolução deste problema e conseqüentemente o Presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Abecassis⁶⁶ nomeia o arquitecto Álvaro Siza Vieira para realizar o projecto de reconstrução do Chiado.

Indo ao encontro do que o colega João Nascimento diz na sua dissertação de mestrado sobre este tema: "falar de arquitectura é falar das pessoas, das vivências, das memórias, das épocas, das influências, do urbanismo", daí a relevância da arquitectura de Siza, que segue precisamente esta premissa.

A obra de Siza é caracterizada por uma harmonia perfeita entre a envolvente e a pré existência, sendo que cada projecto é pensado exactamente para aquele espaço, não fazendo sentido noutra lugar.

A primeira abordagem deste arquitecto ao sítio onde vai nascer o seu projecto, prende-se na compreensão da topografia e geografia locais, uma forte leitura sobre a morfologia do terreno onde vai nascer a sua criação e a sua ligação ao espaço envolvente, isto é: como vai coexistir a pré existência com aquilo que vai passar a existir (Nascimento, 2013, p. 64).

Uma característica marcante em Siza é a utilização do desenho, onde define a essência dos seus projectos. Aqui consegue explorar todo o corpo do projecto, através da mão e da imaginação, coisas que vêm bem antes da tridimensionalidade e que dão alma ao projecto.

"[...] *pequenos tópicos que registam a memória do olhar*" (Belém, 2012, p. 33).

Os desenhos de Siza são esboços daquilo que vê e sente em relação ao que viu e ao que está por ver. A mão funciona como uma extensão da imaginação, registando no papel as memórias dos lugares, das pessoas e das dinâmicas urbanas. Através dele é possível explorar todo o projecto; como se move, a sua pele, o seu corpo e a sua alma, tal como nos mostra o esboço de Siza para o Chiado:

⁶⁶ **Nuno Abecassis** (1929-1999) Foi um Político português, licenciado em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico. Integrou o governo da coligação PS/CDS em 1978 como Secretário de Estado das Indústrias Extrativas e Transformadoras. É eleito em 1979, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sendo reeleito em 1985. O trágico incêndio do Chiado ocorre durante o seu segundo mandato (Nascimento, 2013, p.57).



Ilustração 14- Esquisso do Chiado, Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p. 192).

6.1. O PLANO DE SIZA

Tal como referido acima, o incêndio do Chiado devastou dezoito edifícios, entre eles os Armazéns do Chiado e o Edifício Grandella, dois dos edifícios mais marcantes da zona. Ardeu, uma vez mais, parte da memória da cidade de Lisboa.

Sendo o Chiado a charneira entre o Bairro Alto e a Baixa, absorve ambos os bairros e estabelece a continuidade da malha urbana pombalina, vencendo a topografia.

Classificado como um ponto marcante no estilo da cidade, no modo de viver a cidade, o Chiado foi sempre o lugar de eleição de artistas, de pintores, de poetas como Fernando Pessoa ou Florbela Espanca (Schwanke, 2015); era necessário trazer de volta a memória do lugar, a atmosfera que marca o lugar tornando-o único, optando por uma estratégia de continuação do que inicialmente lá estava. Segundo o arquitecto, a reconstrução da ambiência do Chiado passava, apenas por adaptar a zona às necessidades modernas, e não aproveitar para fazer algo novo e descontextualizado.

Como nos diz Siza, no livro "Chiado em Detalhe", a propósito da sua reconstrução, era necessário reabilitar a zona, restaurando a sua característica de passagem entre atmosferas diferentes na cidade, optando por refazer os edifícios danificados pelo incêndio (Siza Vieira, 2013, p. 19).

Siza opta por uma intervenção de preservação de uma memória.

Como podemos comprovar no livro e na exposição com o mesmo tema, no plano de Siza a preservação da herança pombalina realizar-se-ia por intervenções pontuais, estabelecendo ligações por rampas, blocos de escadas e abertura de pátios interiores que vinham reforçar a solidez do desenho urbano, traçado pela Baixa Pombalina.

Desenvolver o tecido habitacional do Chiado, bem como promover o comércio local, à escala do bairro, são dois dos principais objectivos do plano de Siza. Como tal, os edifícios restaurados, à excepção do Edifício Grandella e dos Armazéns foram destinados a habitação nos pisos superiores e a comércio e lazer à cota da rua (Siza Vieira, 2013, p. 19).

Siza reduz a profundidade dos edifícios de modo a abrir pátios de utilização pública nos antigos logradouros privados, outrora devolutos, estabelecendo novas ligações e sistemas de circulação, bem como novas ambiências.

Para o Edifício Grandella e os Armazéns, Siza procura manter o seu carácter de elemento de ligação, propondo-os como plataformas de união entre as Ruas do Ouro e Crucifixo à Rua do Carmo, dando uma nova vida à Rua do Crucifixo, considerada até então a última rua da Baixa e agora, a primeira do Chiado.

Impulsionado pela nova estação de metro Baixa-Chiado, projectada por Siza na Rua do Crucifixo e pela exploração de novas e antigas ligações marcantes na zona, o arquitecto consegue reabilitar a memória do Chiado, marcando-o novamente como uma zona de passagem e permanência obrigatórias na cidade (Nascimento, 2013, p. 80).

O plano de recuperação de Siza assume-se, então como um reordenar de sistemas de circulação entre o Bairro Alto e a Baixa. De acordo com o arquitecto, a dimensão urbana do plano adaptará o Chiado às dinâmicas actuais e a dimensão do pormenor trará de volta a sua memória passada (Siza Vieira, 2013, p. 19).

6.2. A PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO

Tratando-se de um projecto que procura reordenar os sistemas de circulação, através de pequenos apontamentos e detalhada pormenorização, a proposta de Siza para a reconstrução do Chiado renova o espírito do lugar, dando nova importância a pontos da cidade anteriormente esquecidos, como retrata o livro sobre o mesmo tema "Chiado em Detalhe", obra igualmente realizada pelo arquitecto, onde descreve e apresenta todo o processo de trabalho, através de textos, esboços, desenhos e imagens do projecto.

A Rua do Crucifixo, anteriormente desqualificada e completamente esquecida pela cidade, tendo apenas utilização secundária, passa a ser uma das portas de entrada principais para o Chiado, com a abertura para o metro e, conseqüentemente, para o resto da cidade. Siza confere também uma nova e maior importância às Escadinhas do Espírito Santo da Pedreira, reabilitando-as, sendo hoje um acesso directo da Rua do Crucifixo à Rua Ivens.

O projecto de reconstrução de Siza, a par com estas antigas ligações, agora restabelecidas, divide-se em três blocos.

Prevê a abertura de um pátio interior, de utilização pública que vai permitir ligações cruzadas entre a Rua Garrett, Rua Ivens, Rua Nova do Almada e as Escadinhas de Santo André, sendo este o Pátio A ou Bloco A.

Entre a porta sul do Convento do Carmo e a Rua Garrett, surge um novo pátio interior que vem assegurar a ligação entre estes dois pontos essenciais, os Terraços do Carmo ou Bloco B.

O Bloco C, por se tratar de edifícios com uma composição muito específica, surge de um conceito ligeiramente diferente. Trata-se dos Armazéns do Chiado e do Edifício Grandella que, pela função, localização e história desempenham um papel fundamental para a dinâmica do Chiado. Aqui, Siza assume uma postura mais marcada de ligação rápida e directa entre a zona baixa da cidade e a zona alta, que vem consolidar a organização do conjunto (Nascimento, 2013, p. 82).



Ilustração 15- Esquema dos pátios, Álvaro Siza Vieira, 2013 ([Adaptado a partir de:] Vieira, 2013, p. 56).

6.2.1. PÁTIO A



Ilustração 16- Esquisso Pátio A, Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p. 196).

O quarteirão que envolve o Pátio A, situado entre a Rua Garrett, Rua Nova do Almada, Calçada nova de São Francisco e a Rua Ivens mantém a traça original. Neste bloco, o arquitecto procurou recuperar apenas o que estava danificado, alterando o uso do logradouro.

Substituindo o antigo logradouro por um pátio de utilização pública, foi possível criar novas relações, mais calmas e intimistas, dentro do Chiado, estabelecendo ligações indirectas entre os edifícios e as ruas que o desenharam. O pátio, com cerca de duzentos metros quadrados, é envolvido por um conjunto de edifícios de habitação, escritórios e comércio o que vai garantir o carácter de permanência do lugar.

O pátio tem ainda uma função de transição entre escalas de extrema importância, sendo que nele se reúnem as entradas para os edifícios de habitação, funcionando como uma antecâmara à casa. Aqui é estabelecida a relação entre interior e exterior de uma forma muito delicada e harmoniosa (Nascimento, 2013, p. 84).

Uma das particularidades mais interessantes deste pátio é estabelecer três pontos de acesso, distintos, por três das quatro ruas que o envolvem, cada um a uma cota diferente. O acesso dá-se por três arruamentos, através de túneis que perfuram os edifícios. O pátio funciona como uma plataforma de ligação entre a rua Ivens e a Rua Nova do Almada, que estão separadas por sete metros de altura.



Ilustração 17- Acesso Pátio A (ilustração nossa, 2016).

A entrada que estabelece a cota do pátio é dada pela Rua Garrett, transformando-a numa essencial ligação e transição entre escalas. Este acesso estabelece também, relações importantes de continuidade com os terraços do Carmo e o Pátio B. Esta entrada está marcada por uma clarabóia e uma antecâmara que vai encerrando o espaço e apresentando de forma gradual o ambiente do pátio, marcando assim, de forma mais intensa a troca de ambiências que se vive na ruidosa e movimentada Rua Garrett, para o silêncio e calma do pátio.

A entrada pela Calçada de São Francisco estabelece um ponto de ligação entre cotas, dando acesso à cota mais baixa do pátio, através de uma antecâmara que termina

num arruamento intimista, encerrado pelos edifícios que desenham o pátio. Este arruamento parte do interior do edifício até ao pátio, com um ritmo mais lento, de contemplação e entendimento do espaço (Nascimento, 2013, p. 86).

Através da Rua Ivens acedemos à cota mais alta do Pátio, onde se articula também o acesso ao edifício de habitação. A ligação da cota mais alta do pátio à cota mais baixa é dada por dois lances de escada que vêm consolidar o conjunto, terminando no arruamento que vai dar à Calçada.



Ilustração 18- Vista Pátio A (ilustração nossa, 2016).

6.2.2. LIGAÇÃO TERRAÇOS DO CARMO



Ilustração 19- Interior Pátio B (ilustração nossa, 2016).

O pátio B surge dos antigos logradouros dos edifícios da Rua do Carmo, Rua do Sacramento e Rua Garrett. É sem margem de dúvidas um dos elementos mais dinamizadores das circulações do Chiado. Estabelece uma ligação directa entre o coração do Chiado, a uma cota inferior e os Terraços do Carmo, restaurando a memória do lugar desde os tempos antes do terramoto.

A ligação criada por Siza entre o Pátio B e a porta sul do convento fazem parte do Bloco B. Aqui, tal como acontece no pátio A, Siza reconstrói os edifícios com a traça pombalina, com um grau de pormenorização que vem restaurar a memória passada, e a articulação do novo pátio, agora de utilização pública, com o Convento que constrói uma memória futura.

Os edifícios da Rua do Sacramento mantiveram o seu desenho original, enquanto que aos da Rua Garrett e Rua do Carmo, foi reduzida a profundidade de forma a criar o pátio. A abertura deste pátio veio criar melhores condições de salubridade e segurança para os edifícios, bem como o melhor aproveitamento de luz e organização espacial (Nascimento, 2013, p. 91).



Ilustração 20- Planta do Bloco B, ligação pátio B e Terraços do Carmo, Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p. 206).

O acesso ao pátio B acontece através de uma porta de madeira na Rua Garrett, sob forma de túnel que mostra o atravessamento para o interior. Este espaço, intimista, invoca uma ambiência mais calma que contrasta com a agitação da Rua Garrett.

A partir da Rua do Carmo também é possível aceder ao pátio, através de um lance de escadas, igualmente sob a forma de túnel, que se vai relacionar com os terraços do Carmo, junto ao convento. Resulta num rasgo vertical com dois andares de altura que se integra perfeitamente na métrica pombalina.



Ilustração 21- Alçados Rua do Carmo, Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p. 21).



Ilustração 22- Acesso Pátio B para Rua do Carmo (ilustração nossa, 2016).

Através deste acesso ao pátio, chegamos a um segundo espaço, balizado por um muro de contenção de terras, em betão e do outro lado, pelo rigor do edificado pombalino recuperado. Estamos presente um espaço com alguma tensão, associada ao facto de ser um espaço de circulação entre atmosferas, assumindo-se como uma plataforma de ligação entre cotas, uma vez que dá o acesso aos terraços do Carmo.

Esta ligação do pátio B ao convento, através da porta sul, não é mais que o trazer de volta a memória das Escadinhas da Piedade, desaparecidas à data da construção pombalina. Segundo o arquitecto, este percurso surge da natural utilização do utente, sendo o acesso mais fácil e directo para vencer a topografia (Siza Vieira, 2013, p. 21).

Siza desenha o acesso através de dois lances de escadas e uma rampa, levando à porta lateral do convento. Garante ainda a acessibilidade aos terraços através de um elevador público. Todo o percurso privilegia a contemplação da cidade, sendo possível avistar a colina do castelo, bem como a Baixa Pombalina, até à cota dos terraços. Este

acesso potencia também novos circuitos na cidade, aproximando o Convento do Carmo, o Largo do Carmo, o Elevador de Santa Justa e as ruas Garrett e do Carmo, funcionando também como ponto de ligação entre a Baixa e o Bairro Alto.



Ilustração 23- Esquisso acesso Terraços do Carmo, Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.193).



Ilustração 24- Vista sobre os Terraços do Carmo (ilustração nossa, 2016).

6.2.3. OS ARMAZÉNS DO CHIADO E O EDIFÍCIO GRANDELLA

O terceiro bloco a intervir no Chiado é essencialmente composto pelos dois edifícios mais emblemáticos do lugar, os Armazéns e o Edifício Grandella. Neste bloco, a intervenção acontece entre a Rua do Crucifixo, a Rua Áurea, a Rua Nova do Almada e a Rua do Carmo, marcada pelo aparecimento de novos circuitos e dinâmicas.

Estes edifícios, para além de fazerem parte da história do Chiado, assinalam um momento urbano de grande importância, na transição entre a zona baixa da cidade e a zona alta.

Com uma presença imponente no Chiado, os Armazéns caracterizam-se pela sua enorme herança histórica. Tendo funcionado inicialmente como convento, passando por casa senhorial até se transformar no grande centro do comércio da cidade, os Armazéns do Chiado assumem-se desde cedo como o edifício mais emblemático e caracterizador desta zona da cidade.



Ilustração 25- Alçado Armazéns do Chiado, Álvaro Siza Vieira, 2013 (Vieira, 2013, p.161).

Em termos urbanos, os Armazéns assinalam a transição da Baixa Pombalina para o Chiado, estando completamente agarrados à topografia acidentada da colina, a mais de dez metros de altura de diferença para a zona baixa da cidade. Para além de funcionar como barreira entre estes dois bairros, funciona também como elemento de passagem, articulando um atravessamento pedonal pelo interior do edifício, que vai garantir a continuidade do desenho urbano.

Como podemos comprovar na entrevista de José Salgado a Álvaro Siza, inicialmente o plano para os armazéns contemplava um programa para um hotel mas os proprietários consideraram que o mais adequado seria um programa de galerias comerciais. Por fim, o plano passou a contemplar o programa comercial para a maior parte do edifício e o programa hoteleiro de luxo para os pisos superiores, privilegiando de uma vista e localização magníficas na cidade (Siza Vieira, 2013, p. 19).

O espaço comercial no interior do edifício acontece em torno de dois pátios onde se encontram os acessos verticais, em escadas rolantes. As lojas principais, de maior dimensão, encontram-se nos extremos enquanto que as de menor dimensão acompanham os pátios. Nos pisos superiores encontramos o sector de restauração e o Hotel do Chiado, que beneficia de um terraço com uma vista deslumbrante sobre a cidade.

O terraço do hotel é caracterizado, não só pela vista privilegiada que dispõe, mas também por um jardim que separa a zona pública da privada. O restaurante está integrado no corpo saliente do edifício, que se volta para o Castelo e que proporciona um enquadramento único com a cidade.

Com a abertura do hotel e das principais lojas nas galerias comerciais, os Armazéns do Chiado continuam a ser até hoje, um marco, mantendo-se como o impulsionador dos ritmos e das ambiências que se vão vivendo ao longo dos anos, nesta parte da cidade de Lisboa.



Ilustração 26- Vista sobre os Armazéns do Chiado (ilustração nossa, 2016).



Ilustração 27- Fachada Edifício Grandella (ilustração nossa, 2016).

Tal como os Armazéns, o Edifício Grandella também comporta um carácter histórico muito importante para o Chiado, tendo sido construído pelo arquitecto Georges Dumay no ano de 1906.

Ao encomendar o projecto ao arquitecto que elaborou a proposta para os Armazéns Printemps em Paris, Francisco Grandella, procurou trazer para Lisboa o conceito dos grandes armazéns comerciais parisienses, tendo conseguido estabelecer o edifício como um dos mais prestigiados pontos de comércio da cidade (Siza Vieira, 2013, p. 47).

Situado entre a Rua do Carmo, no Chiado e a Rua do Ouro, na Baixa, o edifício funciona como uma plataforma de ligação directa entre as duas zonas da cidade. Através de uma coluna de escadas que preenche o vazio central do edifício é possível vencer uma diferença de cotas de quinze metros de uma forma fácil e eficaz, tornando-se o aspecto mais interessante neste edifício. O percurso, para além de rápido é também convidativo, acontecendo por debaixo de uma clarabóia de vidro que vem trazer luz natural a todo o espaço. Como nos diz Nascimento, podemos

considerar o Edifício Grandella como uma "rua comercial interior", onde podemos transitar de uma zona da cidade para outra, sendo esta transição feita pelo meio de uma estrutura edificada (2013, p. 105).

A permeabilidade do edifício constitui mais um importante novo percurso no Chiado, pois à semelhança do que acontece no novo atravessamento do metro, possibilita uma deslocação entre zonas da cidade sem grande esforço e protegido contra as intempéries. O edifício dispõe ainda de um estacionamento subterrâneo de quatro pisos que vem, uma vez mais possibilitar novas dinâmicas na zona, proporcionando maior conforto aos utilizadores que se deslocam de automóvel.

No plano de Siza para o Chiado, o arquitecto considerava importante manter a memória viva deste lugar enquanto ponto de encontro e imagem de referência na cidade e, para isso seria necessário estabelecer ligações novas, como a abertura do metro Baixa-Chiado no edifício dos Armazéns do Chiado, na Rua do Crucifixo.



Ilustração 28- Entrada do metro pela Rua do Crucifixo (ilustração nossa, 2016).

Com esta decisão, a par com a descoberta das Escadinhas do Espírito Santo da Pedreira, Siza transforma a Rua do Crucifixo numa das entradas principais do Chiado, estabelecendo a ligação entre a Baixa e o Chiado e, conseqüentemente o Bairro Alto (Siza Vieira, 2013, p. 20).

Esta rua passa a ser um ponto essencial para a dinâmica do Chiado, assegurada pela abertura do acesso ao metro, que constitui um dos elementos mais importantes da intervenção de Siza. Esta entrada permite estabelecer uma nova atmosfera na zona, uma vez que passa a ser uma zona constante de chegada e partida.

Esta abertura para o metro significa uma abertura para o resto da cidade, acabando com o problema de descentrificação presente desde o incêndio.

A plataforma Baixa-Chiado, totalmente desenhada por Siza tornou-se um elemento essencial no que toca a deslocações na cidade. Com um desenho excepcional no que diz respeito à organização do espaço, o que torna esta plataforma tão marcante é a ligação entre a parte alta e a baixa da cidade, através de uma escada mecânica que transporta os utilizadores e vence uma diferença de cotas de dezoito metros.



Ilustração 29- Túnel acesso escadas rolantes metro Baixa-Chiado (ilustração nossa, 2016).

As plataformas de chegada estão por baixo de um corredor de circulação, perpendicular às linhas do metro. Afastado das extremidades, este plano permite o contacto visual entre as diferentes plataformas.

Um aspecto marcante no desenho da plataforma de Siza consiste no jogo de reflexos de luzes e sombras proporcionado pelos ladrilhos cerâmicos brancos brilhantes que a forram, combinado com a sua configuração em túnel, que vem reforçar a leveza do desenho do arquitecto.



Ilustração 30- Plataforma metro Baixa-Chiado (ilustração nossa, 2016).

Este atravessamento reforça as ligações na cidade, permitindo manter o carácter histórico desta zona da cidade e garantindo o carácter de permanência do Chiado, ligando-o com o resto da cidade, através de uma ligação rápida, fácil, directa e acessível a todos.

7. O CASO DE GUIMARÃES



Ilustração 31- Vista aéreas sobre a cidade, GTL. ([Adaptado a partir de:] CMG, 2001).

Ao apresentar a evolução da estrutura da cidade de Guimarães, principalmente na área classificada pela UNESCO, o centro-histórico, dentro da muralha e consecutivamente, o seu plano de reabilitação, realizado pelo arquitecto Fernando Távora, pretende-se estudar neste trabalho, a evolução urbana da cidade e a sua evolução histórica através do testemunho do arquitecto responsável da Câmara Municipal de Guimarães, o arquitecto Miguel Frazão, que se disponibilizou para fornecer as informações necessárias à compreensão deste longo processo evolutivo.

Tal como na intervenção de Álvaro Siza para o Chiado, apresentada nos capítulos anteriores, trata-se de uma arquitectura contextualizada, onde se intervém no património relacionando-o com aquilo que o envolve, sendo assim, mais um exemplo de intervenções de reabilitação que vai de encontro com as directivas e pressupostos actuais, não se tratando apenas de reabilitar edifícios qualificados, mas também trabalhar e qualificar zonas envolventes, atribuindo-lhes novo valor através de novas vivências.

7.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ESTRUTURA URBANA

Ao instalar o seu mosteiro para monges e freiras, por volta de 950 na vila de Vimarões, nome que deu origem à actual cidade de Guimarães, considera-se Mumadona Dias⁶⁷ a sua fundadora. Para sua defesa, manda ainda construir um castelo, o actual Castelo de Guimarães, no monte próximo do convento. Com a construção destes edifícios, a povoação começa a crescer, surgindo, como diz João Meyra, "uma população inteira acolhendo-se à protecção espiritual do convento e à segurança material do castelo" (1907, p.53). Desta forma, a população organiza-se junto do mosteiro, a Vila Baixa, e acima junto ao castelo, a Vila Alta (Frazão, min. 43:39).

Guimarães é uma cidade que se situa num ponto estratégico das rotas do norte do país, assegurando a ligação à costa litoral e a povoações do interior. Para além das rotas viárias, dispõe, também de linhas de água como o rio Ave e os seus afluentes, sendo elementos fundamentais para a escolha de fixação nesta parte do território português.

No ano de 1095 o conde D. Henrique estabelece-se no burgo vimaranense e concede o primeiro Foral⁶⁸ de Guimarães, passando a ser a cidade real (Frazão, min. 17:25), onde terá declarado, segundo o arquitecto Frazão, o documento começava com algo como: "A voz homens que viestes povoar Guimarães, e àqueles que aqui quiserem viver" (Frazão, min. 18:03). Afonso Henriques garante a independência do Condado Portucalense e torna-se primeiro Rei de Portugal e D. Mafalda de Saboia, sua esposa, é considerada a fundadora do Mosteiro de Santa Marinha da Costa.

A construção da muralha veio salientar a importâncias das ligações viárias com o posicionamento geográfico da cidade, através da localização das portas da muralha nas intersecções com essas vias medievais, e a sua continuidade para o interior.

No ano de 1389 é oficializada a união das duas vilas de Guimarães, não só pela demolição da muralha transversal que separava as vilas, mas também por Carta Régia decretada por D. João I. O Rei ordena ainda a construção da igreja da Colegiada, em honra da vitória na Batalha de Aljubarrota e, no século que se segue iniciam-se as

⁶⁷ Também conhecida por Dona Muma. Condessa, viúva de D.Hermenegildo Mendes e parente da Casa Real de Leão (*apud* Matos, 2014, p.39).

⁶⁸ Documento da realza pelo qual se constituía o concelho, se regulava a sua administração e se indicavam os seus limites e privilégios (*apud* Matos, 2014, p.39).

obras do Paço Ducal na colina da antiga Vila Alta, a mando do primeiro Duque de Bragança, Afonso I de Bragança (Frazão, min. 1:02:30).

A partir do século XVII o movimento fora das muralhas começa a crescer, permitindo uma expansão sem limite, ao contrário do interior denso da muralha. Espaços como o Toural⁶⁹ e o Campo da Feira, desafogados e amplos começam a surgir, bem como as primeiras preocupações com a defesa do património, através de D. Pedro IV que impediu a demolição ou alteração de qualquer parte do Castelo. Começa a surgir uma preocupação em relação aos monumentos antigos que serviam de justificação do valor da cidade, sendo criada em meados do século XIX, em Guimarães, pela primeira vez uma comissão de defesa da fortificação vimaranense intitulada "Os amigos do Castelo".

Na ano de 1853, a Rainha D. Maria II decreta Guimarães como cidade. Uma década após a decisão, Guimarães tem o seu primeiro Plano Urbano de Melhoramentos, o que leva à realização da Planta da Cidade⁷⁰, pelo engenheiro Manuel D'Almeida Ribeiro, que incluía no geral:

Rebaixamento de ruas; terraplanagens; continuação de ruas existentes; abertura de novas estradas; criação de novas alamedas e jardins, bem como a arborização de praças existentes [...] a demolição de partes da muralha; desaparecimento por completo de algumas vielas e ruas; recuos, alargamentos ou realinhamentos de ruas existentes; demolição de edifícios [...] por vezes, parcialmente, noutros casos na totalidade (*apud* Matos, 2014, p. 45).

Somente em 1869, a Câmara nomeia a intitulada Comissão de Melhoramentos para executar as intervenções mais urgentes, definidas no plano de 1863 e, por isso apenas uma parte do plano de melhoramentos foi realizado. Com a inauguração da Sociedade Martins Sarmiento⁷¹, Guimarães volta a ser alvo de novos planos de melhoramentos, tendo como exemplos o melhoramento da antiga Praça D. Afonso Henriques, actual Largo do Toural e da Praça de Santiago⁷², tendo-se seguido o Plano de Alargamento da Cidade, entre 1923 e 1925.

⁶⁹ Toural, porque ali se fazia a feira do gado (*apud* Matos, 2014, p.43).

⁷⁰ Planta da Cidade de Guimarães realizada entre 1863 e 1867. (*apud* Matos, 2014, p.45).

⁷¹ Projecto iniciado em 1880 e terminado em 1908, tendo sofrido uma segunda fase em 1967. (*apud* Matos, 2014, p.47).

⁷² Projecto realizado pelo Engenheiro António Martins Ferreiro, no ano de 1916. Incluía terraplanagens, regularização e calcamento da praça, bem como a construção de um aqueduto. (*apud* Matos, 2014, p.47).

Ao longo deste período de crescimento da cidade, Guimarães testemunhou, ainda várias intervenções como a construção do Santuário Eucarístico da Penha e da estrutura de apoio ao Mercado Municipal, ambos da autoria do arquitecto Marques da Silva; as intervenções do Estado Novo nas suas comemorações; o programa de reabilitação da Rua de Santa Maria (a mais celebre rua da cidade) e o Plano de Urbanização de Guimarães⁷³, que tinha como principal objectivo "remodelar a ordem urbana, por meio da classificação e preservação das áreas de maior valor arquitectónico e arqueológico que comprovassem o passado da cidade" (Matos, 2014, p. 49).

Os anos entre 1940 e 1970 são representativos da contradição entre preservação e demolição onde, por um lado, foram restauradas as Igrejas de S. Francisco e a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, e por outro, destruídas a antiga Rua de Santa Cruz e as construções adossadas à muralha, entre outras. Simultaneamente a estas acções, surge o novo conceito de monumento através da Carta de Veneza de 1964 e a Convenção do Património Mundial da UNESCO de 1972, sobre a Protecção do Património Cultural e Nacional.

Em meados do século XX, devido à aproximação do arquitecto Fernando Távora à cidade de Guimarães, esta começa a sofrer alterações importantes na forma de intervir na cidade, concretizando um dos maiores projectos na cidade aquando da adaptação do Mosteiro da Costa a Pousada de Santa Marinha da Costa, projecto iniciado em 1972, tendo sido inaugurada a Pousada em 1985.

O Plano de Urbanização de Guimarães valorizava o interesse histórico do centro da cidade e, nos anos 80 a Câmara Municipal de Guimarães funda um gabinete responsável pelas intervenções de reabilitação do centro histórico; o Gabinete Técnico Local⁷⁴, dirigido pela arquitecta Alexandra Gesta, de onde viria a surgir o RICUH⁷⁵, documento indispensável para as intervenções do gabinete. A arquitecta convida Fernando Távora e o arquitecto Nuno Portas para colaborar nos projectos futuros. De acordo com Ana Matos:

⁷³ Plano realizado pelo arquitecto David Moreira da Silva (1909-2002), no ano de 1955, que tinha por objectivo a expansão da cidade a partir da malha urbanizada com moradias de um a dois pisos, entre as estradas de Braga e Vila do Conde. (Matos, 2014, p.49).

⁷⁴ Tema aprofundado em capítulo próprio posterior.

⁷⁵ Regulamento de Intervenção no centro urbano e histórico de Guimarães. Este documento aplica-se apenas dentro da área de intervenção do GLT.

Esta nova equipa valorizava a contextualização das obras e das intervenções cuidadas nos espaços públicos, o estudo e emprego dos materiais e técnicas construtivas tradicionais, e o apoio técnico necessário aos particulares, questão recente, visto que anteriormente a reabilitação associava-se apenas ao património monumental e só agora começava a abranger partes da cidade (2014, pp. 51-52).

Seguindo precisamente estas premissas, em 1980 é fundada a associação cívica "A Muralha", uma Associação de Guimarães para a Defesa do Património (Frazão, min. 1:10), com a colaboração de Maria João Vasconcelos e o Engenheiro Manuel Martins que, através de publicações na imprensa, sob a assinatura de "ABC"; conferências; exposições; inquéritos e levantamentos, procurava sensibilizar a população de Guimarães para a defesa e salvaguarda do seu património (Frazão, min. 1:35), alertando a população a partir de denúncias, protestos e alertas para a degradação do mesmo.

Em 1983, o arquitecto Nuno Portas estabelece as Normas Provisórias para o Plano Director Municipal, contudo somente passados sete anos se dá início ao processo, com a coordenação do arquitecto Miguel Frazão. A elaboração do plano é feita de acordo com a Resolução Relativa à Arquitectura Contemporânea, realizada pelo Conselho da Europa em 1983 (Matos, 2014, p. 52).

De acordo com a conversa com o arquitecto Frazão, foram as acções de reabilitação deste gabinete que mais contribuíram para a classificação do centro histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001.

7.2. A ESTRATÉGIA DO GABINETE TÉCNICO LOCAL

Em 1984 foi criado, pela Câmara Municipal de Guimarães, como já referimos acima, o Gabinete Técnico Local, designando-se nos primeiros dois anos, Gabinete do Centro Histórico. A arquitecta Alexandra Gesta convida então, o arquitecto Fernando Távora para seu assessor e o arquitecto Nuno Portas como consultor urbanístico de apoio à estratégia de intervenção. Passam ainda pelo Gabinete os arquitectos Álvaro Siza Vieira e Bernardo Távora Ferrão.

Ao estar integrada numa política de desenvolvimento económico e urbanístico contextualizado, isto é, sem descorar do valor e da relação com a envolvente e partindo de uma observação detalhada e cuidada, a intervenção do Gabinete

estabelece-se como pioneira para a salvaguarda do património urbano, através de um plano de reconversão para toda a zona medieval da cidade (Matos, 2014, p. 84).

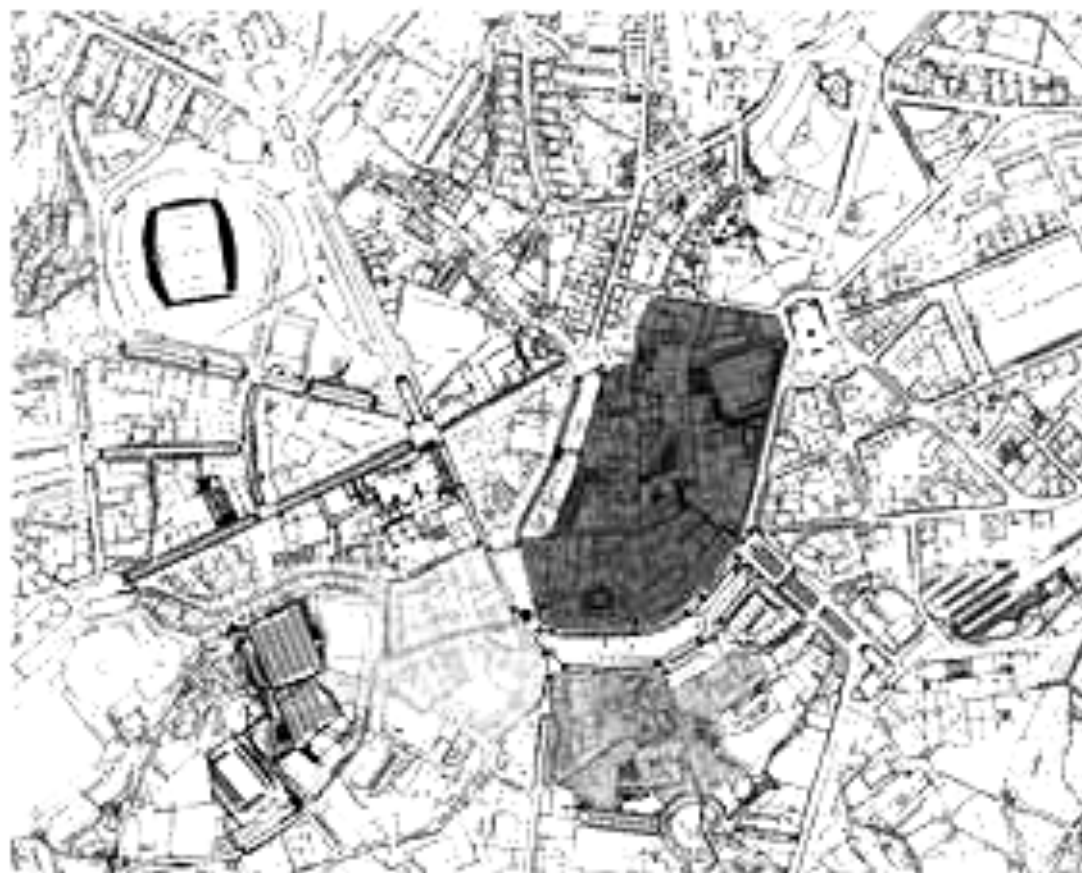


Ilustração 32- Planta à escala 1:2000 das zonas de intervenção propostas na candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana, GTL,1995. (CMG, 2016).

Tal como a Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico⁷⁶, o Gabinete, através da nova definição de "património arquitectónico", incentiva a realização de inventários; a salvaguarda do património arqueológico articulado com o ordenamento do território e, principalmente, à acção participativa da população nas diversas intervenções. A Convenção de Malta⁷⁷ também contribuiu positivamente para a acção do Gabinete com o apoio ao intercâmbio de informação científica e a cooperação entre os diferentes estados para a identificação do património.

⁷⁶ Pelo ICOMOS em Lausanne, na Suíça, em 1990. (Matos, 2014, p.84).

⁷⁷ Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, pelo Conselho da Europa, na cidade de Malta, em 1992. (*apud* Matos, 2014, p.84).

A estratégia deste Gabinete para a intervenção no centro histórico de Guimarães baseava-se num levantamento preciso, referente ao estado e às necessidades de cada edifício, tendo em conta a escala humana do centro da cidade, isto é, a relação que se estabelece entre os habitantes e o lugar, que marca de forma muito significativa a atmosfera desta zona.

Devido a este aspecto tão marcante a ter em conta, a acção divide-se essencialmente em três aspectos: inicialmente, a requalificação dos espaços públicos, seguindo-se do restauro e reabilitação do património arquitectónico de responsabilidade municipal e por fim, o apoio, controlo e o incentivo das obras particulares (Matos, 2014, p. 86).

A iniciativa em intervir, inicialmente, no espaço público tinha como principal objectivo despertar o interesse de privados, tal como as intervenções nos edifícios de responsabilidade municipal, mas também de conferir ao centro histórico uma imagem unitária; escolhendo cautelosamente os materiais e desenhando sempre com referência ao passado, embora nunca o querendo reproduzir (Frazão, min. 2:02:39).

A reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, visa a recuperação e preservação do Património construído, de qualidade formal e funcional, cuja autenticidade é necessário manter no seu todo, pelo que a reabilitação passa pela utilização dos materiais e técnicas construtivas tradicionais.

O segundo objectivo é a manutenção na totalidade da população residente, sendo-lhes dada melhores condições de habitar (Gesta *apud* Teixeira; Belém, 1998, p. 170).

A intervenção do Gabinete no centro histórico centrava-se principalmente na melhoria da qualidade de vida dos moradores e na salvaguarda do nosso Património; estando este aspecto assegurado, as vivências no centro estariam igualmente asseguradas. Esta autenticidade, coerência e, principalmente, comunicação e interacção constante com os habitantes, por parte do Gabinete, permitiu o reconhecimento nacional e internacional do seu trabalho.

A primeira intervenção a ser reconhecida, com o Prémio Europa Nostra, no ano de 1985, foi a recuperação exemplar da Casa da Rua Nova (descrita pelo arquitecto Frazão na nossa conversa, por volta do minuto 36), pelo arquitecto Fernando Távora (Matos, 2014, p. 86), sendo hoje um ponto de passagem obrigatória para quem visita o centro histórico de Guimarães.



Ilustração 33- Alçado da Casa da Rua Nova, GTL, 1985 (CMG, 2001, p.136).

Supõe-se que na época medieval, a construção utilizava materiais como a madeira, o adobe, o barro, a palha e o colmo e que, somente no século XVII a habitação comum começa a ser caracterizada pela obrigatoriedade de utilização de telha na cobertura; pela definição de que nenhum edifício teria mais de três pisos e pela variedade de disposição de vãos e de elementos decorativos (Matos, 2014, p. 55). Por norma, o rés-do-chão estaria destinado a comércio e os dois andares acima a habitação.

Como nos diz o arquitecto Frazão, a partir do século XVIII a utilização da pedra intensifica-se, tendo início na retirada de pedras do Castelo e da muralha, e em termos gerais, os pisos térreos e, ocasionalmente o primeiro piso dos edifícios de habitação tradicionais, seriam em granito e os restantes pisos superiores, utilizariam taipa e tijolo para a sua construção.

Após o primeiro prémio para a Casa da Rua Nova, seguiu-se o 1º Prémio Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses para Melhor Obra de Conservação, em 1993

e o Prémio Real Fundação de Toledo, em 1995, resultante das intervenções na zona histórica (Matos, 2014, p.86), mas o prémio mais representativo da mudança de atitude face ao reconhecimento da necessidade de salvaguarda do património, foi atribuído à cidade de Guimarães no dia 13 de Dezembro do ano 2001, pela UNESCO, ao classificar o centro histórico Património Cultural da Humanidade, tendo como base os critérios II, III e IV⁷⁸ para bens culturais:

Critério II: Guimarães tem um significado universal considerável pelo facto de lá se terem desenvolvido técnicas de construção da Idade Média, que foram transmitidas para as colónias portuguesas;

Critério III: A história de Guimarães está extremamente associada ao estabelecimento da identidade nacional portuguesa e da língua portuguesa no século XII;

Critério IV: Uma cidade extremamente bem preservada, Guimarães ilustra a evolução de tipos de construção desde o estabelecimento medieval até ao presente, e particularmente entre os séculos XV e XIX (UNESCO, 2001).

O dossier para a candidatura à lista da UNESCO, segundo o arquitecto Frazão tinha sido iniciado em 1995 com o objectivo de inscrição da proposta no ano seguinte, 1996, mas somente no ano 2000, o centro histórico de Guimarães é visitado pelos técnicos do ICOMOS e, no ano seguinte, o Gabinete é analisado por uma representante da organização sendo finalmente inscrita na lista do Património Cultural da UNESCO em 2001 (Matos, 2014, p. 86).

7.3. A INTERVENÇÃO DE TÁVORA



Ilustração 34- Esquema de ligação entre praças, GTL. (CMG, 2016).

⁷⁸ Consultar Lista dos Critérios para atribuição de classificação de património cultural. [Em linha] <http://whc.unesco.org/en/criteria/>. Consultado a 6 de Novembro de 2016

"Recuperou-se tudo. Depois, (Távora) ensinou os alunos e os alunos aprenderam bem" ⁷⁹ (Pereira *apud* Matos, 2014, p. 78).

Como já foi referido anteriormente, o Gabinete convidou o arquitecto Fernando Távora como assessor nas intervenções para o centro histórico, mas tal como o arquitecto considerava, era necessário alterar a mentalidade no que dizia respeito à preservação do património e, especificamente neste caso, no centro histórico que apresentava claros problemas de degradação. Focado em alterar a atitude da população face ao centro, Távora instala o Gabinete numa casa em ruínas na zona histórica, impedindo a sua demolição e realizando a sua recuperação.

Como nos diz José Pereira, a intervenção na Casa da Rua Nova, marcou um ponto de viragem em Guimarães, através da atitude e espírito do arquitecto nesta intervenção, atitude essa que Távora "ensinou" aos arquitectos que com ele colaboravam, a arquitecta Alexandra Gesta e o arquitecto Miguel Frazão, que até hoje asseguram a continuidade do trabalho. De acordo com Matos:

Foram reconvertidas habitações, recuperadas fachadas, melhorada a salubridade pública e privada, resolvidos os problemas das casas mais antigas, como a humidade, a degradação e a falta de sanitário e houve a preocupação de induzir hábitos de higiene social e urbana com a mudança de mentalidades que foi essencial para a recuperação mantendo a população residente e dando-lhe melhores condições de vida (2014, p. 79).

A par com a atitude inovadora e de diálogo entre a arquitectura nova e a antiga na Pousada de Santa Marinha da Costa, Távora encarrega-se do Plano Geral de Urbanização de Guimarães, em 1980 (Matos, 2014, p. 79) juntamente com o arquitecto Alfredo Matos Ferreira, e em 1981, elaboram a Planta de Evolução Previsível da Forma Urbana de Guimarães, de onde surgem os primeiros estudos para a elaboração das intervenções no interior da muralha.

⁷⁹ Entrevista realizada ao mestre de obras, sr. José Pereira no dia 27 de Março de 2014 (*apud* Matos, 2014, p.78).

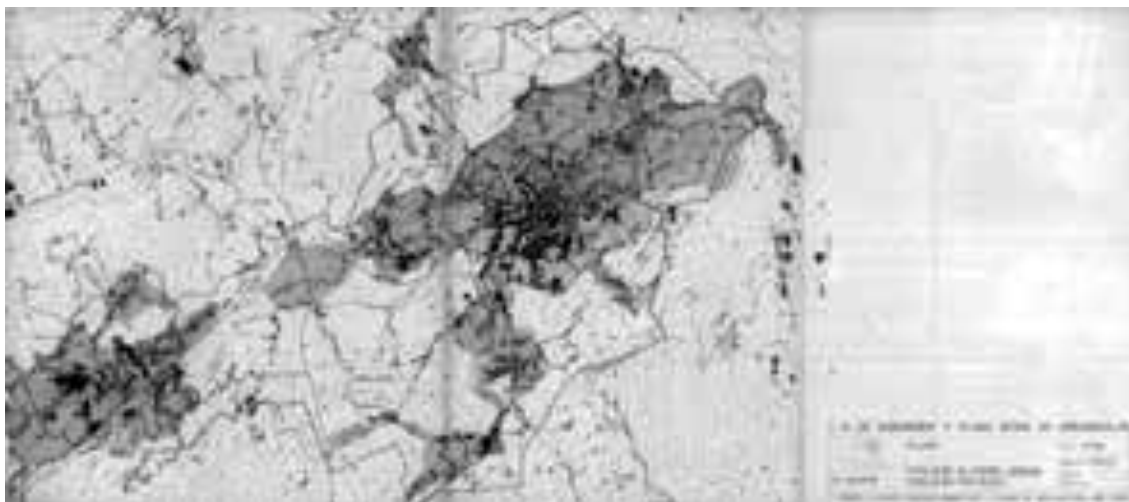


Ilustração 35- Planta da Evolução Previsível da Forma Urbana, Fernando Távora e Alfredo Matos, 1981 ([Adaptado a partir de:] Matos, 2014, p. 50).

Távora concentra-se essencialmente no redesenhar dos espaços públicos, requalificando quatro espaços de significativa importância para a cidade, bem como marcar no chão, em cinco pontos da muralha, as cinco antigas entradas para o centro histórico que nela existiam (Frazão, min. 2:20); sempre consciente das particularidades de cada um e sem nunca descurar do sentido de unidade:

O arranjo de cada praça ou largo reveste-se de um carácter próprio de acordo com a sua forma, as suas funções, o seu ambiente construído, até à sua época. Assim será *barroco* o carácter da Praça do Município, *medieval* o da Praça de Santiago, *renascentista* o do Largo de João Franco e *romântico* o do Largo da Condessa do Juncal. Caracteres diferentes inseridos num percurso urbano intramuros que garante a sua unidade dentro da sua diversidade. (Trigueiros *apud* Távora, 1993, p.178).

Tendo sempre em consideração questões sociais, culturais, arquitectónicas e históricas, o arquitecto considerou cada detalhe essencial não apenas pela importância histórica e cultural da cidade, mas pelas pessoas que nela habitam, interpretando cada caso como único e todos como um só. Segundo o arquitecto Frazão, "as praças foram feitas tendo em consideração a época em que elas foram construídas" (min. 11:36).



Ilustração 36- Planta do arranjo urbanístico para a Praça do Município, Fernando Távora, 1985. (CMG, 2016).

Delimitada por importantes edifícios como a Biblioteca Municipal Raúl Brandão e o Convento de Santa Clara, de estilo barroco, que foi inicialmente um seminário, depois o primeiro liceu de Guimarães e que é hoje edifício da Câmara Municipal (Frazão, min. 8:08); a Praça do Município apresenta-se como um ponto central não só pela importância dos edifícios que a circundam, mas também pela proximidade com a Praça de Santiago.



Ilustração 37- Vista da Praça do Município (ilustração nossa, 2016).

Segundo indicação de um funcionário da Câmara, Jaime Freitas, que se disponibilizou para fornecer algumas informações e uma pequena visita guiada pelas quatro praças desenhadas por Távora, o arquitecto projecta uma praça desenhada com um eixo central que vai buscar a porta principal do Convento e uma fonte no centro, com uma malha ortogonal que segue um eixo paralelo ao edifício da Câmara; é uma praça contemporânea (Frazão, min. 11:56). A fonte em forma de taça, alinhada com a entrada para o edifício barroco e, do outro lado, a entrada para a biblioteca, marca o eixo que desenha a praça. Os bancos em pedra e os elementos vegetais, preenchem as laterais da praça, perpendicularmente ao edifício da Câmara, atribuindo alguma privacidade ao espaço.

Pensada apenas para utilização pedonal e por consequência, para espaço de estar e lazer, o arquitecto reserva a Rua do Condestável Nuno Álvares Pereira para estacionamento automóvel, libertando o espaço da praça e a sua envolvente dos veículos (Matos, 2014, p. 81).



Ilustração 38- Vista lateral da Praça (ilustração nossa, 2013).



Ilustração 39- Ligação da Praça com a Rua do Arco (ilustração nossa, 2013).

A altura dos bancos do lado direito da praça, para quem está virado para o edifício da Câmara, são ligeiramente mais altos que os do lado esquerdo da praça devido à pendente que existe, apesar de não ser perceptível a olho nu; uma curiosidade que nos foi contada pelo arquitecto responsável, Miguel Frazão e pelo funcionário já referido acima, em relação ao detalhe e à qualidade no desenho de Távora, aquando da nossa visita à cidade, em Setembro deste ano.



Ilustração 40- Planta do arranjo urbanístico para a Praça de Santiago, Fernando Távora, 1985. (CMG, 2016).

Uma das praças que mais evidenciava a necessidade de intervenção seria sem dúvida a Praça de Santiago, de importância secular, que apresentava um estado de degradação profunda e utilidade redutora, tendo sido transformada em parque de estacionamento.



Ilustração 41- Vista da Praça de Santiago (ilustração nossa, 2016).

Estabelecendo uma relação directa com o Largo da Oliveira e definida por edifícios de carácter habitacional e comercial exemplares da época medieval, a Praça de Santiago, para além de ser um local de passagem obrigatória dos Caminhos de Santiago (Frazão, min. 1:55:21), em termos urbanos desempenha um papel fundamental no que toca às ligações intramuralha, estabelecendo o equilíbrio entre as atmosferas do Largo da Oliveira, sempre movimentado e barulhento, e as ruas estreitas que circundam ambas as praças, mais calmas e sossegadas.



Ilustração 42 - Desenho do pavimento na Praça (ilustração nossa, 2016).



Ilustração 43- Ligação ao Largo da Oliveira (Ilustração nossa, 2016).

O estacionamento automóvel estabelece-se apenas de um lado da praça, sendo o seu desenho mais uma vez ortogonal, seguindo o desenho do Largo da Oliveira, antiga Praça Maior (Frazão, min. 14:35), com a particularidade de marcar o local onde anteriormente existia a capela de S. Tiago, erguida pelos francos e posteriormente destruída, em forma de altar e com o desenho da concha de Santiago (Frazão, min. 1:55:16). Mais uma vez, o arquitecto mantém viva uma memória passada, de importância significativa sem pretender recriá-la, possibilitando assim novas vivências no espaço, sem descuidar a sua identidade.



Ilustração 44- Planta do arranjo urbanístico para o Largo João Franco, Fernando Távora, 1995 (CMG, 2016).

Pontuado por elementos e edifícios históricos de extrema importância para a cidade, e pela proximidade com a Porta da Cidade, principal entrada para a vila, o Largo de João Franco, nome do homem considerado causador da morte de D. Carlos (Frazão, min. 57:51) assume-se como uma plataforma nivelada, "ao jeito da Praça de Navona", em Itália (Frazão, min. 13:51), onde o desenho do pavimento estabelece uma forma reticulada de guias e cubos em granito, juntamente com duas fontes, nos extremos da "plataforma" que vão enquadrar a circulação, tanto pedonal como automóvel, que com o tempo se permite eliminar.

O Largo de João Franco afirma-se pelas construções notáveis que o ladeiam: a renascentista Igreja da Misericórdia, a senhorial Casa dos Carvalhos, o Palácio dos Coutos reconvertido a Tribunal da Relação pela Câmara Municipal e, ainda, uma fonte neoclássica de 1820 (*apud* Matos, 2014, p.81).



Ilustração 45- Vista do Largo João Franco (ilustração nossa, 2013).



Ilustração 46- Planta do arranjo urbanístico para o Largo Condessa do Juncal, Fernando Távora, 1996. (CMG, 2016).

O Largo da Condessa do Juncal é uma zona do centro histórico com particular interesse. Ao contrário das outras praças, tem um desenho arredondado e encontra-se junto à muralha, estando uma das cinco portas (Frazão, min. 1:16:37) da mesma a uns metros de distância. Podemos ainda destacar a Casa dos Linhos, atravessada pela muralha, um exemplo marcado pela intervenção do arquitecto António Gradim, em 1986 (Matos, 2014, p. 81). Uma outra particularidade deste Largo foi a utilização de quartzo e basalto (Frazão, min. 1:03:39), em vez de granito (como nos casos anteriores) para desenhar o pavimento da pequena praça de carácter romântico.



Ilustração 47- Vista do Largo da Condessa do Juncal (ilustração nossa, 2016).

Em vez de desenhar uma malha ortogonal, Távora opta por desenhar, partindo do centro, um conjunto de circunferências que vão crescendo até aos limites, bem como um quiosque e mobiliário urbano exclusivo para este local. A circulação automóvel acontece na periferia, mas está camuflada pela vegetação que circunda o largo, protegendo a atmosfera do largo dos ruídos da cidade (Matos, 2014, p. 81).

É possível dizer que, a meados dos anos 70 começa a surgir uma mudança no espírito e na cidade de Guimarães, consequência de várias iniciativas do Gabinete Técnico Local e do arquitecto Fernando Távora, desde a intervenção na Pousada de Santa Marinha da Costa, passando pelo Plano Geral de Urbanização e a intervenção na Casa da Rua Nova até às intervenções nas praças da zona histórica. Em 1989 o arquitecto abandona a colaboração com o gabinete, mas as intervenções na cidade continuam com o trabalho da equipa do Gabinete Técnico Local (Matos, 2014, p. 83).

Houve uma mudança de atitude, uma mudança de olhar da população sobre a cidade e sobre o valor do património e a importância da sua preservação e, em 2003, a Câmara Municipal de Guimarães atribuiu a Fernando Távora a Medalha de Ouro da Cidade. Citando Siza sobre esta intervenção de Távora:

Em relação ao centro de Guimarães, acho que o que foi feito foi um trabalho formidável, que tem sido feito, quase único em Portugal. E, portanto, não há nada que me incomode e que eu diga [...] *bem isto aqui é preciso intervir, deitar abaixo, etc... no centro de Guimarães*. [...] Portanto, é um exemplo muito bom de como intervir nas cidades, nestas cidades portuguesas. Infelizmente, não é geral. Mas aqui aconteceu assim.⁸⁰

⁸⁰ Declaração de Siza durante um entrevista realizada pela GuimarãesTV, no dia 6 de Novembro de 2012. Disponível em [Em linha] WWW: <URL:<http://videos.sapo.pt/5tWbd2yv27T-CmKuaVsrM>>

8. POSFÁCIO

Este ensaio procura o entendimento das complexas questões do património arquitectónico e urbanístico, pelo reconhecimento desse processo cultural, da sua memória e identidade. Pretende estudar intervenções de reabilitação contemporâneas no património arquitectónico das cidades e entender procedimentos e estratégias para um renovado sentido de uma integração do património edificado na cidade contemporânea.

A partir dos contributos de diversos autores, procurou-se analisar a actual noção de património e dos modos adequados de intervir, com base nas normas e convenções internacionais, bem como nas legislações nacionais em vigor. Propõe-se fazer o levantamento e apresentação das teorias, das convenções e das cartas que levaram à procura de um entendimento das questões relativas ao património, e consequentemente à importância da sua preservação. Procura assim, identificar quais os critérios considerados adequados no modo de intervir de forma a que se mantenha o carácter, as qualidades e valores, tanto do edifício como do lugar.

Este ensaio procura demonstrar que "a composição da obra, a memória que cada um constrói, o lugar e a matéria que a revela" definem-se como fundamentais para a concepção da arquitectura e, por isso, "constituirão sempre os mecanismos de expressão que cada um encontra como sintaxe reconhecível de um passado e de um agora" (Martins, 2015, p. 171).

Por via do reconhecimento da herança passada e do respeito pela memória da nossa cultura e do nosso património, procurou-se estudar quais as metodologias de reconversão e reabilitação que melhor contribuem para promover ou restabelecer continuidades urbanas, com dinâmicas urbanas renovadas, através de acções de reabilitação do património edificado em Portugal.

Os casos de estudo apresentados são acções de requalificação no património arquitectónico, com base no respeito pela continuidade das cidades, da sua vida e, portanto, da sua memória enquanto património vivo. As intervenções realizadas no Chiado, pelo arquitecto Siza Vieira e no centro histórico de Guimarães, pelo arquitecto Fernando Távora, representam exemplos de uma intervenção no património da cidade e da sua arquitectura; procuram raízes culturais, de memória, de valores humanistas e de cultura. Estas intervenções pretendem dar continuidade ao presente das cidades,

como se fosse uma construção de um *património vivo*.

Embora distintas, ambas as cidades representam historicamente a cultura portuguesa e as intervenções a que foram sujeitas pretenderam, através de renovadas intenções e novas dinâmicas urbanas, enaltecer as qualidades e carácter dos espaços, requalificando-os através da reinterpretação do lugar oferecendo um renovado sentido para esses lugares habitáveis. Ao contribuir para reabilitação do património edificado e do espaço público, para a diversidade funcional das ruas, das praças, dos acessos aos locais de interesse e, principalmente para a criação de novas dinâmicas urbanas, com novos ritmos e atmosferas, as intervenções referenciadas neste trabalho procuraram promover o desenvolvimento local, a ocupação e a concentração nos centros urbanos e as relações entre as pessoas, garantindo a utilização duradoura do espaço da cidade, eliminando assim a deteriorização e abandono do nosso património arquitectónico e cultural das cidades.

Ao manter o carácter dos edifícios e criar novas dinâmicas espaciais, Siza realiza um projecto de profundo respeito pela memória do lugar, pelas necessidades actuais e pelas vivências da população, ao actualizar o espaço e fornecer novas possibilidades urbanas que viriam assegurar a dinâmica do lugar, respeitando a continuidade da cidade e da sua vida.

A intervenção de Távora no centro histórico de Guimarães centra-se fundamentalmente na reorganização e redefinição de valores do espaço urbano, estabelecendo novas ligações e reabilitando antigas. A par com a intervenção de Siza para o Chiado, Távora, em Guimarães assume uma ideia de continuidade urbana, através de novas dinâmicas espaciais, novas ligações e novas vivências, com o maior respeito pela herança edificada. A intervenção de Távora, na sua génese, baseia-se na ideia de continuidades urbanas através da reabilitação do património edificado e do espaço público que o envolve.

Pretende-se ao longo deste ensaio, compreender a valorização do património arquitectónico e a sua preservação enquanto salvaguarda da nossa identidade. O reconhecimento e respeito por uma herança passada vai estabelecer-nos no presente e, por consequência, reestruturar-nos num futuro.

Os exemplos apresentados nesta dissertação, a par com as convenções internacionais referentes à conservação do património e as normas e legislações em

vigor mencionadas nos respectivos capítulos, representam exemplos de arquitectura contextualizada, uma arquitectura focada no que a envolve, que responde às necessidades dos seu tempo e que possibilita uma continuidade. Trata-se de uma arquitectura centrada no *dever*, em consonância com os desígnios que caracterizam a verdadeira essência do património arquitectónico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José (2011) - Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico. In **CUSTÓDIO**, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR. pp. 219-235.

BELÉM, Margarida Cunha (2012) - O Essencial sobre Álvaro Siza Vieira. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

BELÉM, Margarida Cunha; **TEIXEIRA**, Gabriela (1998) - Diálogos de Edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção. Lisboa : CRAT- centro Regional de Artes Tradicionais. p. 170.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2016) - Paris em Lisboa. [Em linha]. [Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa]. [Consult. 2 Dezembro 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/paris-em-lisboa>>.

CASACA, Catarina (2013) - Intervenção no Património: três casos de conversão de espaços monásticos. Lisboa : Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado.

CHOAY, Françoise (2015) - Alegoria do Património. Lisboa : Edições 70.

COELHO, Martha (2003) - Introdução ao estudo dos Instrumentos teóricos sobre a intervenção no Património Edificado. Lisboa : IPPAR.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ATENAS SOBRE O RESTAURO DOS MONUMENTOS, Atenas, 1931 (1931) - Carta de Atenas (1931): conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o restauro dos Monumentos [Em linha]. [Lisboa : Direcção-Geral do Património Cultural]. [Consult. 20 Março 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadeatenas.pdf>>.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO, Cracóvia, 2000 (2000) - Carta de Cracóvia 2000 : princípios para a conservação e o restauro do património construído : Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000 [Em linha]. [Lisboa : Direcção-Geral do Património Cultural]. [Consult. 20 Março 2016]. Disponível em

WWW:<URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>.

CONFERÊNCIA DE NARA SOBRE A AUTENTICIDADE EM RELAÇÃO À CONVENÇÃO MUNDIAL DO PATRIMÓNIO, Nara, 1994 (1994) - Documento Nara sobre a Autenticidade : Nara (Japão), 6 de Novembro de 1994 [Em linha]. [Lisboa : Direcção-Geral do Património Cultural]. [Consult. 20 Março 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/documentodenara1994.pdf>>.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2, Veneza 1964 (1964) - Carta de Veneza : sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios [Em linha]. [Lisboa : Direcção-Geral do Património Cultural]. [Consult. 20 Março 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadeveneza.pdf>>.

CORREIA, Miguel Brito (2011) - Convenções e recomendações internacionais. In CUSTÓDIO, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR. pp. 243-245.

COUTINHO, Júlia (2008) - Nascimento da Seara Nova. [Em linha]. Seara Nova [Consult. 10 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.searanova.publ.pt/pt/static/menu/97/História.htm>>.

CUSTÓDIO, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR.

CUSTÓDIO, Jorge (2011) - Classificação dos monumentos: entre a intenção e a realidade. In 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR.

DIAS, Mariana (2009) - As melhores fotografias da Lisboa desaparecida. Lisboa : DinaLivro.

FERNANDES, José Manuel (2011) - O impacte da Carta de Veneza na conservação e restauro do Património Arquitectónico. In CUSTÓDIO, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR. pp. 237-241.

FERREIRA, Carlos (1992) - Restauro dos Monumentos Históricos: restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como? Lisboa : IPPC.

FERREIRA, Maria de Fátima (2013) - O ser, o tempo e a arquitectura: uma interpretação das formas. Lisboa : Universidade Lusíada. Tese de Doutoramento.

FIGUEIRAS, Catarina (2015) - Intervenções Contemporâneas em património arquitectónico. Lisboa : Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado.

FRANÇA, José Augusto (1987) - Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Lisboa : Bertrand.

FRAZÃO, Miguel (2016) - Entrevista ao arquitecto Miguel Frazão. Entrevista realizada por Inês Luz Campina. Guimarães : [s.n.]. entrevista realizada ao arquitecto Miguel Frazão responsável pelas intervenções no centro histórico de Guimarães, realizada na Câmara Municipal de Guimarães a 6 de Setembro de 2016.

GOOGLE INC. (2016) – Google maps [Em linha]. Mountain View : Google Inc. [Consult. 12 Jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.google.pt/maps>>

LIBESKIND, Daniel (2006) - Minha obra fala de vida e catastrophe. In MASSAD, Fredy (2006) - Daniel Libeskind "minha obra fala de vida e catástrofe. São Paulo : Arquitectos. [Em linha]. Vitruvius. [Consult. 2 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.070/366/pt_BR>.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2009) - Património, Herança e Memória. Lisboa : Gradiva.

MARTINS, Marta Silva (2015) - Da Mnemosine ao processo de Arquitectura: memória, lugar e matéria na expressão da obra. Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

MATOS, Ana Rita (2014) - Cidade Património Cultural da Humanidade, Guimarães: Da construção à reabilitação do centro histórico. Porto : FAUP.

MOITA, Irisalva (1998) - O Chiado seu contexto urbanístico e sociocultural. Lisboa Revista Municipal. Lisboa, pp. 3-20.

MONTANER, Joseph Maria (2013) - A Modernidade superada: ensaios sobre arquitectura contemporânea. Barcelona : Editorial gustavo Gili.

NASCIMENTO, João (2013) - Álvaro Siza Vieira e o Plano do Chiado. Lisboa : Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado.

NETO, Maria João (2011) - Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964, in 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010, IGESPAR, 2ª Edição, Lisboa, pp. 157-166.

NETO, Maria João Baptista (2001) - Memória propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960). Porto : FAUP publicações.

O PANORAMA (1837) - O Panorama. n1, 6 de Maio de 1837. [Em linha]. [Consult 17 Out. 2016]. Disponível em WWW:<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama_1837.htm>

PORTO EDITORA (2006) - Diciopédia X [DVD-ROM]. Porto : Porto Editora.

PORTUGAL. direcção geral do património cultural (2016) - Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património [Em linha]. Lisboa : DGPC. [Consult. 22 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<[URL:http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/](http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/)>

RAPOSO, Luís (2011) - Classificação dos monumentos nacionais. In CUSTÓDIO, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR. pp. 66-67.

RODRIGUES, António Jacinto (1992) - Álvaro Siza: obra e método. Porto : Civilização.

RODRIGUES, Paulo Simões (2011) - O longo tempo do património: Os antecedentes da República (1721-1910). In CUSTÓDIO, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR. pp.19-30.

ROSAS, Lúcia (2011) - A génese dos monumentos nacionais. In CUSTÓDIO, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR. pp. 219-235.

SCHWANKE, Daniela (2015) - A Lisboa de Eça de Queirós. [Em linha]. Huffpost Brasil [Consult. 3 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<[URL:http://www.brasilpost.com.br/daniela-schwanke/a-lisboa-de-eca-de-queiro_b_7507518.html](http://www.brasilpost.com.br/daniela-schwanke/a-lisboa-de-eca-de-queiro_b_7507518.html)>.

TÁVORA, Fernando (2006) – Da Organização do Espaço. 6ª Edição. Porto : FAUP Publicações.

TOMÉ, Miguel (2011) - Arquitectura: conservação e restauro no Estado Novo. In **CUSTÓDIO**, Jorge (2011) - 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. 2ª Edição. Lisboa : IGESPAR. pp. 167-174.

TORRÃO, Susana (2015) - Revista Orpheu. [Em linha]. Revista Estante [Consult. 7 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.revistaestante.fnac.pt/100-anos-depois-o-legado-perdura/>>.

VIEIRA, Álvaro Siza (2013) - Chiado em Detalhe. Lisboa : Verbo.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène (1858) - Entretiens sur l'architecture, Tome Premier, Premier Entretien. Paris : A. Morel et Cie Éditeurs.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène (1846) - Desenho do restauro para Saint-Sernin de Toulouse. [Em linha]. Histoire Image. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.histoire-image.org/etudes/viollet-duc-restauration-monumentale>>.

BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Carlo Giulio ; **FAGIOLO**, Maurizio (1994) – Guia de História de Arte. 2ª Edição. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa : Editorial Estampa.

ARGAN, Carlo Giulio (2006) – Arte Moderna. São Paulo : Companhia das Letras.

ASCHER, François (2010) – Novos Princípios do Urbanismo. Novos Compromissos Urbanos. 2ª Edição. Trad. Margarida Souza e Ana Valente. Lisboa : Livros Horizonte.

BACHELARD, Gaston (1993) – A Poética do Espaço. Trad. A. d. Danesi. São Paulo : Martins Fontes.

BADDELEY, Alan (1999) – Human Memory. Teory and practice. Bristol : Psychology Press.

BAEZA, Alberto Campo (2011) – Pensar com as mãos. Trad. Eduardo dos Santos. Casal da Cambra : Caleidoscópio. (Colecção Pensar Arquitectura).

BAEZA, Alberto Campo (2013) – Principia Architectonica. Trad. Eduardo dos Santos. Lisboa : Caleidoscópio (Colecção Pensar Arquitectura).

BAEZA, Alberto Campo (n.d) – A Ideia Construída. Trad. Anabela Costa e Silva. Casal da Cambra : Caleidoscópio. (Colecção Pensar Arquitectura).

CALVINO, Italo (1990) – As Cidades Invisíveis. Lisboa : Editorial Teorema.

CASTANHEIRA, Carlos ; **SIZA**, Álvaro (2001) – As Cidades de Álvaro Siza. 2ª Edição. Lisboa : Figueirinhas.

CHING, Francis D. K. (2005) – Arquitectura : Forma, Espaço e Ordem. 4ª Edição. Trad. A. Helena Lamparelli. São Paulo : Martins Fontes.

CHOAY, Françoise (2007) – A Regra e o Modelo. 1ª Edição. Casal da Cambra : Caleidoscópio.

DALI, Salvador (2004) – Diário de un Génio. 1ª Edição. Barcelona : Tusquets Editores.

DESCARTES (1997) – O Discurso do Método. Lisboa : Guimarães Editores.

DOXIADIS, Constantinus A. (1965) – Arquitectura em Transição. Trad. Aníbal Vieira. Coimbra : A. Amado Editor.

FREITAG, Michel (2004) – Arquitectura e Sociedade. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa : Publicações D. Quixote. (Arte e Sociedade ; 6).

GIEDON, Sigfried (2004) – Espaço, Tempo e Arquitectura: O Desenvolvimento de uma nova Tradição. Trad. Alvamar Lamparelli. São Paulo : Martins Fontes.

GONZÁLEZ CAPITEL, Antón (2009) – Metamorfosis de monumentos e teorias de la restauración. Madrid : Alianza Editorial.

HALL, Edward T. (1986) – A Dimensão Oculta. Trad. Miguel Pereira. Lisboa : Relógio D'Água Editores.

LAHTI, Louna (2010) – Aalto. Trad. Astrid Boléo. Lisboa : Vernáculo. Taschen.

LE CORBUSIER (2001) – Mensagem aos Estudantes de Arquitectura. São Paulo : Martins Fontes.

LE CORBUSIER (2002) – Voyage d'Orient. Carnets. English edition. Trad. Maya Munson. Electa architecture : Fundation L.C.

LE GOFF, Jaques (1990) – História e Memória. Trad. Maria Sampaio Villa. São Paulo : Unicamp Editora.

LIEURY, Alain (1993) – A Memória. Do Cérebro à Escola. Trad. M. J. Reis. Lisboa : Instituto Piaget.

LYNCH, Kevin (2010) – A boa forma da cidade. Lisboa : Edições 70.

MARTÍN, Macarena (2008) – Arquitectura Contemporânea. Trad. Elisabete Ferreira. Barcelona : Loft Publications.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1964) – Le Visível et l'Invisível. Paris : Editions Gallimard.

MERLEAU-PONTY, Maurice (2009) – O Olho e o Espírito. 7ª Edição. Trad. L. M. Bernardo. Lisboa : Vega. (Passagens ; 9).

NIEMEYER, Oscar (2007) – Conversa de Arquitecto. 7ª Edição. Vila Nova de Famalicão : Campo das Letras.

PALLASMAA, Juhani (2011) – Os Olhos da Pele. A arquitectura e os Sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre : Bookman.

PEREIRA, Paulo (1995) – História da Arte Portuguesa. vol. III. Lisboa : Circulo de Leitores.

PINA, Paulo (1988) – Portugal, o Turismo no Século XX. Lisboa : Lucidus Publicações.

ROGERS, Richard ; **GUMUCHDJIAN**, Philip (2001) – Cidades para um pequeno planeta. Barcelona : Editorial Gustavo Gili, SL.

ROSSI, Aldo (2001) – A Arquitectura da Cidade. 2ª Edição. Trad. Arq. José Monteiro. Lisboa : Edições Cosmos.

SCHLEIFER, Simone (2011) – Eduardo Souto de Moura. 1ª Edição. Trad. Joana Coelho. Barcelona : Loft Publications.

SCRUTON, Roger (2010) – Estética da Arquitectura. Trad. Maria Belo. Lisboa : Edições 70.

SIZA, Álvaro (2006) – Imaginar a Evidência. Trad. Soares da Costa. Lisboa : Edições 70.

TANIZAKI, Jun'ichiro (1994) – O Elogio da Sombra. Trad. Maria Gil Moreira. Lisboa : Relógio D'Água Editores.

TAVARES, Gonçalo M. (2012) – Histórias Falsas. 3ª Edição. Alfragide : Leya.

TÁVORA, Fernando (1947) – O Problema da Casa Portuguesa. Lisboa : Tip. Imp. Libânio da Silva.

TOMÉ, Miguel (2002) – Património e restauro em Portugal (1920-1995). Porto : FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana (n.d.) – Arquitectura Portuguesa Contemporânea. 1ª Edição. Lisboa : CTT.

TRÍAS, Eugenio (1991) – Lógica del Limite. Barcelona : Ensayos Destino.

VIDIELLA, Àlex (2011) – Siza Vieira. 1ª Edição. Trad. Joana Coelho. Barcelona : Loft Publications.

VITRUVIO, Marco (2006) – Tratado de Arquitectura. Trad. M. Justino Maciel. Lisboa : Instituto Superior Técnico.

WILDE, Oscar (2015) – O Declínio da Mentira. 5ª Edição. Trad. Ernesto Sampaio. Lisboa : Vega.

YATES, Frances (2007) – A Arte da Memória. Trad. Flavia Bancher. São Paulo : Editora Unicamp.

YOURCENAR, Marguerite (2001) – O Tempo esse grande escultor. Miraflores : Difel Difusão Editorial S. A.

ZEVI, Bruno (2004) – A Linguagem Moderna da Arquitectura. 3ª Edição. Trad. L. Pignatelli. Lisboa : Dom Quixote. (Arte & Sociedade ; 2).

ZUMPTHOR, Peter (2000) – Atmosferas. Lisboa : GG.

ZUMPTHOR, Peter (2000) – Pensar a Arquitectura. Lisboa : GG.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Sete Graus de Intervenção segundo Bernard Fielden

Apêndice B - Entrevista ao Arqt. Miguel Frazão

APÊNDICE A

Sete Graus de Intervenção segundo Bernard Fielden

SETE GRAUS DE INTERVENÇÃO SEGUNDO BERNARD FIELDEN

Prevenção da deterioração (conservação indirecta)

Consiste na protecção das peças de forma a controlar a deteriorização e os danos causados por diversos tipos de agentes. São exemplo: fogo, humidade, temperatura, vandalismo, poluição e roubo.

Preservação

Deve-se preservar o edifício de forma a protegê-lo da decadência, ao longo da sua vida.

Consolidação (conservação directa)

Aplicação de materiais que asseguram a durabilidade do edifício, bem como a sua integridade estrutural. Pode tratar-se apenas da aplicação de ligantes e fixações de pinturas. É imperativo que não se danifiquem as evidências históricas e a reversibilidade das intervenções deve ser uma atitude fundamental.

Restauro

A intenção do restauro é reproduzir o aspecto original da peça, a sua legibilidade e conceito. Acontece sempre, baseado em documentos autênticos, desenhos originais ou achados arqueológicos. A introdução de novos materiais e técnicas deverá ser claramente distinguível da original, mas deverá conviver harmoniosamente com a mesma. A limpeza de um edifício também consiste numa acção de restauro, não poderá purgar nem alterar os elementos constituintes da peça na sua totalidade.

Restauro por anastilose

O preenchimento de partes em falta é justificável através de documentos autênticos e acompanhados de evidências arqueológicas.

Reabilitação

Traduz-se na aplicação de um novo uso ao imóvel, com uma função diferente da original, na maior parte dos casos.

Reprodução

Geralmente é aplicada a elementos decorativos ou mobiliário. Gera bastante polémica pois trata-se de copiar elementos completos ou partes de um original. O *pastiche* aplica-se a peças em perigo, que poderão ser substituídas por réplicas.

Reconstrução

A reconstrução não deverá falsear a *patine* do edifício histórico ou dos centros históricos e deverá ser sempre acompanhada de documentos autênticos e achados arqueológicos, bem como dos desenhos originais. A aplicação de novos materiais deverá habitar de forma harmoniosa com os materiais originais. Uma outra forma de reconstrução consiste na deslocação dos edifícios inteiros, sendo possível através das novas tecnologias.

APÊNDICE B

Entrevista ao Arqt. Miguel Frazão⁸¹

⁸¹ Ver entrevista em DVD anexado a esta dissertação.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS⁸²

- Anexo A** - Carta de Atenas de 1931
- Anexo B** - Carta de Cracóvia de 2000
- Anexo C** - Carta Europeia do Património Arquitectónico de 1975
- Anexo D** - Carta de Veneza de 1964
- Anexo E** - Convenção de Faro de 2005
- Anexo F** - Convenção de Granada de 1985
- Anexo G** - Documento de Nara de 1994
- Anexo H** - Lei nº 107/2001
- Anexo I** - Princípios de La Valeta
- Anexo J** - Recomendações ICOMOS
- Anexo K** - Regulamento de Intervenções no Chiado
- Anexo L** - Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães

⁸² Ver documentos em DVD anexados a esta dissertação.

